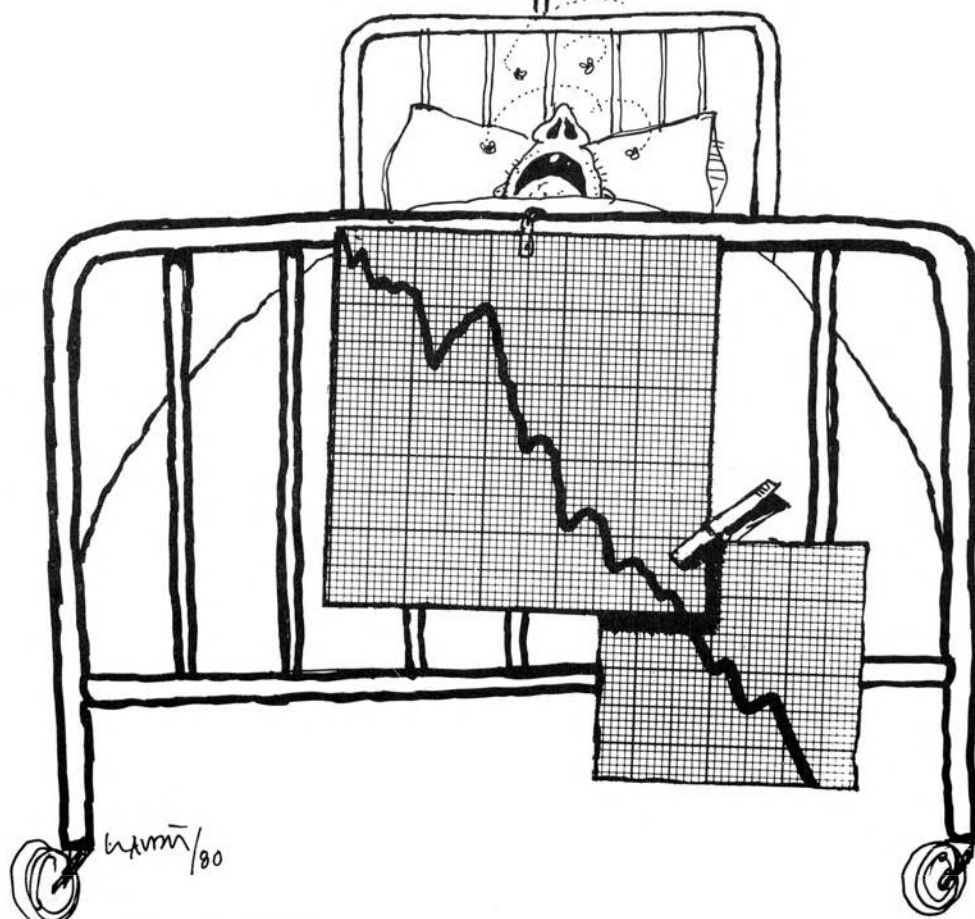


tempo e presença

Publicação mensal do CEDI
número 161
julho/agosto de 1980

~~douçura~~
~~saúde~~
~~do povo~~



Documento

Como entender os trabalhos de saúde popular desenvolvidos pelos agentes populares numa perspectiva mais ampla de atuação? Esta é a reflexão proposta no documento deste número.

Última Página

O Conselho Mundial de Igrejas e o seu pronunciamento oficial contra o golpe na Bolívia.

Vale a Pena Ler

Uma resenha analítica do material produzido nestes últimos 20 anos a respeito da Educação Popular.

Editorial

“Não saiam ao campo e nem andem pelo caminho porque os inimigos têm espadas e existe o terror ao seu redor” (Jer. 6,25)



Enterro de D. Lyda, no Rio.

Tudo começa com alvos aparentemente sem importância, como para testar a capacidade de reação dos atingidos e da comunidade. Pixar uma igreja, destruir seu altar, incendiar bancas de jornais são fatos isolados que não parecem ser tão graves assim.

Mas são graves. A escalada do terror, cada vez mais segura em sua impunidade, atingiu os metalúrgicos durante a greve do ABCD, realizou prisões de membros da Comissão de Justiça e Paz sem que até hoje se saiba o nome dos responsáveis. A agressão sofrida pelo Prof. Dalmo Dallari, durante a visita do Papa João Paulo II ao Brasil não escolheu sua vítima por acaso: na pessoa de Dallari concentrava-se de maneira perfeita o cristão convicto, o intelectual que coloca seu saber em benefício da comunidade e o cidadão que assume posições contra o arbítrio. A Igreja, a Sociedade Civil e a Intelectualidade eram atingidas numa só ação. Dallari sobreviveu, mas poderia ter sido assassinado. As bombas que explodiram na OAB e na Câmara dos Vereadores do Rio mostraram que estamos diante de assassinos dispostos a tudo.

Assistimos estarrecidos a tudo isto, com a desagradável suspeita, que embora não possa ser provada, se avoluma a cada dia que passa, de que os responsáveis por estes atentados devem ser procurados na própria estrutura do aparelho repressivo organizado pelo governo ao longo de dezesseis anos de arbítrio que lhe garante a total impunidade. A prova dessa impunidade está no fato de que, às primeiras declarações emocionadas do Presidente da República de que os responsáveis, fossem quais fossem, seriam identificados e exemplarmente punidos, não se seguiu qualquer fato concreto que demonstrasse a vontade política de investigar os porões escuros do regime. As bombas pararam, mas o clima continua pesado. Ter-se-ia chegado a um acordo, interrupção dos atentados em troca

de uma meia trava na abertura. Aos que reclamam, o Ministro da Justiça lembra que podia ser pior: uma lei anti-terror chegou a ser pensada, mas ele a arquivou — pelo menos por enquanto.

Enquanto isso as investigações se dirigem contra as vítimas. O professor Dallari é alvo de uma campanha de difamação, o funcionário da Câmara de Vereadores era secretário de alguém que teria um passado de militante de esquerda. A contra-perícia da OAB concluiu que a carta-bomba é obra de especialistas. Onde estão? A Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa de São Paulo identificou os “populares” que “defenderam” o Governador Maluf a golpes de soco inglês dos que se manifestavam pacificamente na Freguesia do Ó: são todos funcionários públicos que dependem, em última instância, do próprio Governador Maluf, e que já haviam prestado seus “serviços” durante a greve do ABCD. Um deles, perguntado pelo deputado que agredira se a foto que documentava a agressão era sua, respondeu tranqüilamente que não havia dúvida de que era ele mesmo, mas que o braço que golpeava o deputado com um soco inglês não era seu.

É uma boa imagem: o braço da repressão que age de maneira autônoma, sem qualquer controle.

Não pano de fundo, os motivos da escalada do terror são cada vez mais claros: trata-se de intimidar por todos os meios as pessoas e entidades que lutam pelo restabelecimento de uma verdadeira democracia no país. A Igreja, que assumiu de maneira firme e inequívoca a defesa dos pobres, é um dos alvos da ação terrorista. A Igreja continuará sua caminhada pela justiça sem se intimidar, pois tem certeza de que os que têm fome e sede de justiça serão saciados.

tempo e **presença**

Tempo e Presença
Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Coordenador
Paulo Cesar Loureiro Botas

Editor de Arte
Claudius Ceccon

Diagramação
Anita Slade

Artefinal
Martha Braga
Marcia Pinheiro

Equipe de Redação
Carlos Cunha
José Ricardo Ramalho

Conselho Editorial
Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Júnior
Carlos Mesters
Beatriz Araújo Martins

Composição, Fotelito e Impressão
Editora Gráfica Luna Ltda.
Rua Barão de São Felix, 129 - Centro
Rio de Janeiro

Assinatura anual: Cr\$ 300,00
Remessa em cheques
pagáveis no Rio para
Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082
22221 Rio de Janeiro, RJ

Publicação mensal
Registro de acordo com a
Lei de Imprensa

SAÚDE E EDUCAÇÃO POPULAR



O trabalho realizado na área “da saúde” pode ter várias dimensões: controladora-paternalista, comunitária ou político-popular. É importante compreender como estas dimensões se efetivam e como, em alguns casos, o trabalho na “área de saúde” pode ser considerado como uma prática de *Educação Popular*.

O que justifica nossa reflexão é que atualmente cresce o interesse pelo compromisso com o povo através de trabalhos “na área de saúde”. Palavras que até então eram restritas aos círculos médicos encontram, hoje, um novo significado: “medicina comunitária”, “campanhas populares de saúde”, “saúde e desenvolvimento”, “trabalhos populares de saúde”, “pastoral da saúde”.

A Igreja Católica elegeu como tema central da sua Campanha da Fraternidade para 1971 a problemática da saúde popular e o Conselho Mundial das Igrejas mantém um programa de saúde comunitária com novas publicações.

Em vários lugares, questões teóricas e práticas preocupam médicos, enfermeiras, auxiliares e outros agentes de saúde ligados aos mais diferentes tipos de grupos, movimentos e instituições — através da religião, da educação, de questões de trabalho, da saúde — referentes ao compromisso com projetos de transformação social.

Quando um médico ou uma enfermeira comprometem-se com as lutas populares — como *agentes de saúde* — as questões puramente técnicas ou profissionais do seu trabalho são referenciadas às questões políticas que decorrem do questionamento sobre o *sentido* do seu trabalho.

OS SERVIÇOS OFICIAIS DE SAÚDE

Não é novidade a oferta de serviços médicos e hospitalares até às pessoas mais marginalizadas no Brasil. No entanto, apenas dois por cento de brasileiros em média podem hoje usar, com certa regularidade, a medicina “liberal”. Em outras palavras, só duas pessoas em cada cem podem pagar regularmente pelos serviços médicos. Para uma imensa faixa “dos que trabalham, mas não podem pagar médico” — sempre quando necessário — o Estado criou e controla os serviços médicos e hospitalares da Previdência Social. Os atendimentos deste tipo abarcam hoje cerca de oitenta por cento da atividade médica no País através de serviços cujas condições precárias são conhecidas de todos. Os que mais sofrem são, sem dúvida, os diversos tipos de trabalhadores assalariados e braçais para quem é impraticável a medicina elitista e particular.

A grande maioria tem medo do tratamento e dos cuidados dos médicos destes “Inepésses”. O interesse oficial está mais voltado para a simples preservação do corpo com vistas à produtividade através da exploração do trabalho do homem do que para a *plena recuperação da saúde para a vida*. A serviço dos interesses do sistema capitalista a medicina da Previdência Social é uma empresa de emergência e descompromisso com o homem trabalhador. Recuperado o corpo para a fábrica, para a oficina ou lavoura, cessa o compromisso da medicina estatal para com o trabalhador.

Para o “povo em geral” — trabalhadores e desempregados sem o desconto da Previdência — os órgãos oficiais reser-

varam os serviços de Saúde Pública. Nestes serviços as condições de trabalho são tão precárias que nunca se sabe se contribuem para eliminar doenças e melhorar a saúde do povo, ou se apenas contribuem para impedir que doenças endêmicas subam até as camadas médias. Nestes serviços de Saúde Pública pode-se encontrar a convivência com o Poder para o controle da natalidade deste contingente de maltratados e maltrapilhos.

Algumas vezes os serviços oficiais de saúde investem-se de símbolos "preventivos" e "comunitários". É quando os programas oficiais trazem para a área específica "da saúde" os mecanismos de controle popular através de propostas de "participação" em projetos "em que o povo e o Governo somam os seus esforços para o benefício de todos". Nestes programas os problemas da saúde do povo aparecem discutidos como uma forma de educação e se reduzem a regras práticas de higiene e puericultura, nutrição e poupança. Na lógica que rege os programas de medicina preventiva, em momento algum são indicadas as verdadeiras causas — políticas e econômicas — das enfermidades, desnutrição, "falta de higiene"...

Isto porque a doença é sempre associada a uma combinação de "causas naturais" somadas à falta prática de cuidados e conhecimentos entre os moradores das favelas, das roças, das vilas, etc.

O SERVIÇO SOCIAL ATRAVÉS DA SAÚDE

Agentes sociais que não participam dos organismos oficiais, muitas vezes integrantes de grupos ligados à Igreja estão

cada vez mais presentes nos lugares onde se fazem trabalhos "populares", "de comunidade", de "base", de "periferia".

Algumas vezes, usando palavras muito semelhantes e sem conseguirem fugir das iniciativas médicas assistenciais, estes agentes (inclusive médicos e enfermeiros) procuram colocar a sua prática a serviço do povo. Trabalham em postos de saúde, em hospitais de ordens religiosas, em ambulatórios rústicos e abertos aos deserdados da "medicina particular", criam e recriam propostas de "medicina comunitária", promovem cursos ou, pelo menos, reuniões comunitárias de discussão e esclarecimento. O que quase sempre preocupa estes agentes "comprometidos" com o trabalho de saúde é a descoberta de que a sua prática, mesmo quando intencionalmente "a serviço do povo", não escapa ao estar na fronteira entre a prática assistencialista e controladora e a experiência de uma medicina social que — ainda que produza resultados de melhorias concretas de nível de vida e promova algumas formas de organização comunitária, *na verdade acaba sendo também uma experiência restrita e que apenas ajuda a encobrir as reais condições da saúde do povo.*

Em síntese, por não se somarem politicamente à prática política das lutas populares, as experiências comunitárias de cunho "social" acabam somando-se às práticas políticas de controle dos agentes do sistema.

"... se nós temos direito à saúde, nós temos direito de saber que direito nós temos..."

(Um grupo de mulheres de uma casa de tolerância em Britânia no interior de Goiás)

Na Diocese de Goiás, o que se tem procurado fazer no setor saúde, é concretizar, na prática, essa afirmação. Quer dizer, devolver às mãos do povo essa ferramenta. Ela pode representar um esforço a mais na luta dos trabalhadores, homens e mulheres.

Um grupo de profissionais de saúde, identificados com a proposta da Igreja local, o que traduz sua opção pelo povo, vem procurando as formas mais viáveis de mexer com essa ferramenta. E essa discussão não pode ser feita longe dos trabalhadores. A participação deles é imprescindível nesse processo de buscar um jeito de voltar as Ações de Saúde para o lado dos interesses políticos das classes exploradas. Assim, a Luta Por Melhores Condições

de Saúde deve, então, ser englobada pelo conjunto dos esforços que se fazem no país, tendo como objetivo maior a transformação radical da sociedade. Isto equivale a dizer que nossas Ações devem ser revistas a cada passo. Porque está sempre presente o perigo de nos desviarmos desse rumo.

É preciso afirmar que nossa experiência, dadas as limitações que o próprio setor oferece, e mesmo por conta do pouco tempo de atuação com que contamos ainda, ela apenas esboça traços. Por enquanto são tentativas, com erros e acertos, que nos vão permitindo caminhar nesse terreno minado da Saúde Popular.

Quando se pretende extrapolar dos limites da atuação meramente profissional, e encontrar o terreno político das práticas populares de libertação, "não é fácil mexer com esse negócio de Saúde".

Em 12 municípios da Diocese de Goiás, que coincidem com o chamado Mato-Grosso Goiano, as comunidades de base, não necessariamente ligadas à

Igreja Católica, vão-se articulando, devagarinho, em torno da discussão de sua saúde e de sua doença. Os vários "grupos de saúde" vão-se abrindo para a questão, ensaiando tentativas válidas de

manuseio dessa ferramenta. A "gente pequena", constantemente explorada até por "profissionais da saúde", se organiza nas pequenas cooperativas, nos grupos de discussão ou de treinamento,





OS TRABALHOS DE SAÚDE COMO PRÁTICA POLÍTICA ATRAVÉS DA SAÚDE

Não basta que um "trabalho junto ao povo", no setor da saúde, deixe de ser francamente *assistencialista* — dar consultas, distribuir remédios — e se apresente como *comunitário* ou mesmo como *educativo*, para que ele envolva um projeto e uma prática *populares* do ponto de vista das ações políticas de libertação do povo.

Em primeiro lugar, porque os trabalhos de periferia, de médicos e outros agentes correlatos podem colocar como resultado de sua ação apenas a saúde e a melhoria direta das condições naturais de produção da saúde para o povo do lugar.

Mesmo quando o povo é chamado a participar seu espaço de participação não inclui um projeto político mais abrangente que inclui *conquistas de classes* e a integração direta das ações de saúde no conjunto concreto das outras frentes de organização e participação populares.

Em segundo lugar, estes trabalhos acabam reproduzindo as mesmas ações realizadas pelo Estado e, na sua maioria, somam proveitos para o lado do poder sem acrescentarem nada ou quase nada de verdadeiramente educativo nas lutas populares através do setor de saúde.

Temos que considerar que os trabalhos realizados — de uma maneira múltipla — pelos agentes de saúde podem incidir em outras áreas mais ligadas à Educação Popular. São setores tais como educação, habitação, religião, lazer, etc.

nos Encontros Populares de Saúde, e mesmo nos Postos de Atendimento da rede oficial, cujo controle a população vai reivindicando para si.

Percebemos que vai sendo quebrada a distância entre técnicos comprometidos com a ideologia da classe trabalhadora, e setores da população que se engajam no processo.

A gente vem procurando marcar as nossas práticas com uma característica fundamental: a participação da população no controle da experiência. São os "agentes de base" que vão assumindo a tarefa de "espalhar pra mais companheiros o que vamos descobrindo nos nossos grupinhos". Abrem-se espaços de discussão, nos diferentes municípios e se fomenta a análise crítica das estruturas injustas que provocam a "Doença do Povo", vivem dela e a manuseiam como arma de opressão. Em geral, se procura interpretar, nessas ocasiões, a Política de Saúde do Governo, de um lado, e o Direito do Povo à Saúde, de outro. São os

nossos "Encontros Populares de Saúde".

Os desdobramentos práticos destas discussões ainda são poucos. Mas, já começam a acontecer. Neles, a tônica reivindicatória tem sido uma constante. Os grupos compreendem a necessidade de exigir do Poder Público o cumprimento de seu dever de garantir ao povo o seu **direito à saúde**.

A articulação entre os vários grupos e a troca entre as experiências que se vão ligando ao trabalho assumido em conjunto, dá-se através de mecanismo próprio: a Coordenação de Saúde. Ela é exercida por um profissional, no caso, um médico do grupo, liberado para a tarefa em regime de dedicação exclusiva. O exercício da Coordenação se faz no contato permanente com as várias experiências de Saúde. Isso permite manter abertos os espaços de avaliação dos passos, percepção de dificuldades comuns, troca de informações e planejamento. Com o desencadeamento do processo na base, nasceram as

"Comissões Populares", a nível local e regional. É com elas que se articula a Coordenação de Saúde, na distribuição de tarefas que interessam ao conjunto.

"Quando a gente sentiu que, pra exigir, precisava conhecer bem esse **direito**, e que pra caminhar nesse rumo precisava alumiá-lo o caminho, começamos a procurar esse conhecimento. O meu companheiro dizia que esse Direito tava morto e que precisa fazer ele ressuscitar por aí, no meio do povo. Foi como começou o nosso **meio grito**." (Relato de um pesquisador)

O **meio grito** acaba se confundindo com o próprio trabalho de Saúde na Diocese de Goiás. Não se pode falar em um sem tocar no outro. Essa foi uma experiência muito rica de Pesquisa Participante na área de Saúde, que marcou com novos traços a nossa caminhada. E que nos aponta novos rumos.

Os pesquisadores foram os companheiros e companheiras das "Comissões de Saúde" — lavadeiras, domésticas,

lavadeiras, pequenas professoras rurais, donas-de-casa, estudantes. Elas abordaram 851 pessoas do povo, reunidos em 69 grupos, na média de 12 pessoas por grupo, nos vários municípios da Diocese de Goiás. O tempo de pesquisa foi de um ano e, nesse período, observamos intensa comunicação entre grupos até então isolados uns dos outros.

O **meio grito** é um termômetro da nossa prática. Mede a temperatura política das nossas Ações de Saúde. Elas devem produzir pequenas reações que, somadas, comporão o **grito inteirado** daqueles que detêm nas mãos, ainda que sem saber, o próprio curso da História.

Num dos Encontros de Saúde, um lavrador comentava, com profunda sabedoria: "Médico não é profissional da saúde, não. Médico é profissional da doença. **Saúde? Isso é tarefa nossa.**"

É como a gente vem tentando caminhar, e não sem dificuldades, na esperança do **grito inteirado**.

Estes trabalhos produzem:

Efetivamente: melhorias de condições de vida.

Aparentemente: organização popular a nível comunitário sob o controle dos agentes.

Politicamente: controle político-ideológico dos que são atingidos por eles.

Não podemos nos esquecer de que um dos princípios que norteiam o trabalho dos agentes é que, quaisquer que forem seus objetivos, eles devem ter *um efeito pedagógico*: a conscientização, a mobilização e a organização de grupos populares em torno de práticas concretas de um compromisso popular.

Se, durante muito tempo, os agentes consideravam que era tarefa do seu trabalho a de produzir espaços políticos para movimentos populares temos que, sobretudo, considerar *que os próprios grupos populares* têm seus espaços de prática política: seus partidos, seus trabalhos de sindicalização e de oposição sindical, seus movimentos de trabalhadores, seus movimentos de lutas populares.

São estas instâncias que conduzem os projetos políticos de libertação do povo.

Tudo o que o agente faz:

Ou representa uma assessoria direta junto a uma destas instâncias;

Ou representa um trabalho que produz instâncias auxiliares: grupos de Evangelho, grupos de saúde, comissões populares de saúde, círculos de cultura, etc.

Se tomássemos como referência os trabalhos de saúde, teríamos o seguinte quadro abaixo representativo e hierarquizado dos espaços de luta popular.

Uma experiência que atravessou todos os espaços foi a vida pela prática de saúde na Pastoral Popular da Diocese de Goiás.

Começou através de atendimentos médicos em um hospital da Diocese e atualmente chega a um ponto em que os lavradores convocam o médico para o trabalho num dos sindicatos conquistados pela Oposição Sindical. Formaram uma comissão regional de saúde que controla, através das decisões dos próprios lavradores, todas as atividades populares no setor de saúde, nos municípios alcançados pelas suas práticas, e a integração destas práticas com outras sob a condução de movimentos populares e movimentos de trabalhadores rurais.

Espaço da prática	Exemplos	Tipo de participação do agente
trabalhos de medicina curativa	o agente de saúde é quem faz e dirige o trabalho	assistência médica em um hospital ou posto médico; atendimento feito pelo médico em um consultório dirigido ao povo.
trabalhos de medicina preventiva	campanha comunitária de vacinação; campanha pela melhoria da alimentação na comunidade.	o agente de saúde programa e controla o trabalho, mesmo que haja motivação e participação comunitária.
trabalhos comunitários no setor da saúde	trabalhos comunitários de construção de esgoto, etc.; organização de grupos de mulheres para cursos de puericultura.	o agente de saúde programa o trabalho com grupos da comunidade e as responsabilidades podem ser divididas, mas a iniciativa em geral é dele e, portanto o controle. O agente <i>faz</i> o povo participar.
trabalhos subordinados aos movimentos populares	organização de grupos e comissões populares de saúde para as lutas por direitos do povo à saúde (posto médico, Funrural, etc.); organização de encontros regionais, etc., de grupos populares de saúde, inclusão dos trabalhos do setor no espaço de outras práticas políticas setoriais populares mais subordinação dos trabalhos do setor aos espaços políticos dos movimentos de classe.	mesmo quando o agente de saúde toma iniciativas para início dos trabalhos, a condução deles, é do povo e o agente <i>ajuda</i> como um participante.
trabalhos subordinados aos movimentos de classe	trabalhos setoriais de saúde deflagrados por sindicatos livres, por movimentos de trabalhadores, etc.; lutas de grupos específicos de trabalhadores por condições físicas de trabalho (greve por qualidade de condições de trabalho na fábrica)	a iniciativa total das práticas é de grupos populares, o agente de saúde apóia os trabalhos populares e os assessora. o povo <i>faz e controla</i> , e o agente <i>assessora</i> .

DADOS DA REALIDADE

Destacamos aqui algumas doenças mais comuns em todo o território nacional, graves pela sua natural tendência a expandir-se ou pela evidente repercussão negativa sobre o desenvolvimento das populações.

a) A **malária**, paludismo ou maleita, tem sua origem em diversas espécies de mosquitos transmissores de um verme que ataca diretamente o sangue. Produz febre alta, intermitente e debilitante, que pode recrudesce após cura aparente. A malária estende-se por 6,9 milhões de km², 81% do nosso território, onde vivem 44 milhões de brasileiros, dos quais 12 milhões em constante ameaça de contrair o mal.

Nas áreas rurais é muito comum também o **amarelão**, anemia associada às deficiências nutritivas que debilita profundamente a disposição física.

b) A **esquistossomose**, que atinge órgãos nobres como o fígado e altera intensamente importantes funções vitais, é uma verminose até há pouco sem esperança de cura ou atenuação. Ainda hoje os medicamentos indicados produzem sérios efeitos colaterais. Expande-se desde o Rio Grande do Norte até Minas Gerais, e já se alastra por 17 Estados. Em Alagoas, a infestação chega a 90% dos municípios. Calcula-se que pelo menos 8 milhões de pessoas no Brasil estão atingidas. E cresce a possibilidade de espalhar-se ainda mais, devido aos migrantes portadores do vírus.

c) A **doença de Chagas** — que leva o nome do descobridor do bacilo — é transmitida por diversas espécies de besouros, conhecidos pelo nome de "barbeiros", que se aninham de preferência nas frestas dos barracos de pau-a-pique, tão característicos em nossas regiões rurais. Afeta o sistema digestivo e o coração, culminando com a cardiopatia chagásica, portadora de morte súbita na faixa etária de 25 a 50 anos. É a principal "causa

mortis" do país e atinge aproximadamente 10 milhões de brasileiros. Surgem pelo menos 20 mil casos novos por ano, em consequência da transfusão de sangue contaminado. O diagnóstico é difícil e ainda não existe medicamento capaz de eliminar o parasita. A doença de Chagas está intimamente ligada às precárias condições de moradia da população rural.

d) A **tuberculose** — produzida pelo bacilo de Koch — já superada em muitos países, apresenta no Brasil cerca de 500 mil casos ativos, com 100 mil novos (um a cada 5 minutos), e 30 mil mortes por ano (uma a cada meia hora). A tuberculose é geralmente fruto das péssimas condições de nutrição e conseqüente debilidade do organismo, o que predispõe à infecção e dificulta o tratamento. Fonte da tuberculose é especialmente a poluição do ar em áreas industriais ou em locais de trabalho desprovidos de ventilação ou proteção, como as minas e as fábricas de artigos poluentes.

e) A **hanseníase** ou **lepra** — causa degenerações progressivas do tecido, invalidando o doente para o trabalho físico, e, devido ao preconceito generalizado, afasta-o do convívio social. Tal

preconceito é tão arraigado, que se tornou necessário abolir o termo lepra ou leproso, para se dizer hanseníase ou hanseniano. A deformante doença, que vinha declinando por vários anos, tem ultimamente apresentado um aumento cinco vezes maior do que o previsto: a cada hora um novo caso é registrado. São hoje mais de 150 mil os hansenianos no Brasil, com incidência de 1,3 por mil habitantes, sendo a Amazônia a região mais atingida, com índice duas vezes superior à média nacional.

f) A **poliomielite**, paralisia infantil, ou simplesmente pólio — que ainda se pode considerar uma endemia no Brasil — é uma inflamação na medula espinhal. Atinge especialmente as crianças de regiões pobres e carentes. Mais de 90% dos casos acontecem com menores de 4 anos. Deixam seqüelas irreversíveis.

g) O **câncer** e as **doenças cardiovasculares**, consideradas como os "males da civilização", aumentam dia a dia as suas vítimas fatais. De acordo com alguns cientistas, o câncer está ligado a fatores genéticos, nutricionais e ambientais. Seu tratamento é caríssimo; manifesta-se geralmente já em estado avançado e sua evolução mortal é quase sempre rápida. As doenças cardiovasculares se

devem especialmente à agitação da vida moderna e à estafa ou "stress".

h) A **gripe** é moléstia infecciosa de caráter epidêmico: manifesta-se por catarro de origem respiratória e digestiva e produz dores de cabeça, distúrbios nervosos e depressão. O **sarampo** é outra doença infecciosa e bem mais contagiosa, que atinge especialmente as crianças. E a **sífilis**, uma doença também infecciosa e contagiosa, que se transmite principalmente por contato sexual; é além disso transmissível à descendência. As três são de tratamento relativamente fácil, mas podem ser fatais entre os índios que, desprovidos de anticorpos, são atingidos inconsciente ou maldosamente pelos "civilizados" doentes.

i) As **doenças mentais**, atingem hoje 10 milhões de brasileiros, dos quais 6 milhões são crianças, devido sobretudo à desnutrição ou às "doenças carenciais".

j) **Alcoolismo, tóxicos, excesso de fumo**, são três vícios de alta "periculosidade" que, além de constituírem já por si doenças também "carenciais", são causadoras de distúrbios inclusive mentais, além de enfraquecerem o organismo, predispondo-o para diversas enfermidades.



OPERÁRIOS DA FIAT ASSINAM ACORDO E PARAM A GREVE

Os operários da Fiat voltaram ao trabalho, em decisão tomada na assembléia realizada na fábrica às 6h30m, após dois dias de paralisação. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e 12 delegados sindicais assinaram o acordo com os patrões, na Delegacia Regional do Trabalho, às 20h30m. Pelo acordo, o piso salarial passou de Cr\$ 4 mil 300 a Cr\$ 7 mil. A produtividade será de 6% na faixa até três salários mínimos, 5% de três a 10 salários e 3% de 10 em diante. A taxa de insalubridade será calculada sobre o piso de Cr\$ 6 mil e os trabalhadores deverão trabalhar mais uma hora por dia para compensar os dois dias de greve. A maior vitória dos operários foi a obtenção da estabilidade para seis delegados sindicais. Antes do acordo, os líderes sindicais falaram aos operários, em cima de uma Rural Willys, durante 30 minutos. Luis Paulo Gianini afirmou que "não há vitória se não há garantia de emprego", e denunciou que, há três anos, a Fiat-Diesel tinha 6 mil 500 operários e hoje só dispõe de pouco mais de 3 mil. Ele concitou os seus companheiros a permanecerem mobilizados contra as demissões, que deverão ser comunicadas à delegação sindical dentro da fábrica. João Leal de Araujo pediu à assembléia (cerca de 1 mil operários) uma vaia — e foi atendido — para "os peões, sem garra, que tentaram furar a greve". Ele foi muito aplaudido quando disse que enquanto a empresa se negava a pagar o piso salarial para os seus operários, o presidente da Fiat Internacional anunciava em Roma a sua disposição de comprar o passe do jogador Zico, do Flamengo, por 3 milhões de dólares para o Juventus da Itália. (JB — 06/08)

"LISTA NEGRA" NAS FÁBRICAS

Presidentes dos sindicatos de metalúrgicos da Grande São Paulo e Interior voltaram a denunciar a existência das "listras negras" nas fábricas, que impedem a contratação de trabalhadores que tenham

participado de greves. O fato foi denunciado logo após o término da última greve dos metalúrgicos do ABC, em maio passado, mas negado pelos empresários. (FSP — 05/09)

FAVELADOS E IGREJA BARRAM EXECUÇÃO DE ORDEM JUDICIAL PARA 160 DESPEJOS EM RAMOS

A execução da liminar de reintegração de posse na ação movida pelo Sr. Joseph Chanen contra 1 mil 200 pessoas que habitam os 160 barracos do Morro da Baiana, no final da Rua Professor Lacé, em Ramos, foi suspensa por 60 dias por intervenção direta da Pastoral de Favelas, através da advogada Eliana Ataíde.

Os moradores não aceitaram a palavra de dois oficiais de Justiça, que chegaram acompanhados de operários munidos de marretas e picaretas, para executar a decisão do Juiz Ralph Lopes Pinheiro, da 3ª Vara Civil. O acordo para suspensão da medida por 60 dias foi feito numa reunião na Arquidiocese do Rio de Janeiro, da qual participaram D. Romão, substituindo o Cardeal Eugênio Salles; Padre Inácio, da coordenação da Pastoral da Leopoldina e representantes de associações de moradores.

O problema

Serão concedidos 60 dias para uma consulta a todos os moradores daquela área, que é de 6 mil 400 metros quadrados, para que eles decidam se querem comprar a terra e tentarem conseguir financiamento através do Banco Nacional da Habitação. O preço inicial fixado pelo proprietário é de Cr\$ 8 milhões.

O Padre Inácio Lotário Reuber, vigário episcopal da Leopoldina, estava à frente dos moradores que, postados na entrada principal da favela, impediam a execução da determinação judicial, exibindo uma faixa com a mensagem: "Não podemos ser desabrigados assim. Consideramos uma grande injustiça. Todos nós necessitamos conduzir nossas famílias".

PIQUETE EM ÁREA DE SEGURANÇA CAUSA PRISÕES EM BRASÍLIA

Cinquenta e dois operários da construção civil das cidades-satélite de Taguatinga e Cruzeiro — a categoria estava em greve — foram detidos ao lado do Palácio do Buriti: estavam fazendo piquete e invadindo uma área de segurança do Governo. Foram liberados. Os operários de Taguatinga e Cruzeiro — que reúne o maior número de obras de construção civil do Distrito Federal — reivindicam aumento salarial de 50%, transporte gratuito e regulamentação do preço das refeições nos canteiros de obras. Saíram às ruas para conseguir a adesão dos operários do Plano Piloto. Conseguiram convencer os que trabalhavam na construção do Memorial JK. Em seguida foram para uma obra atrás do Palácio do Buriti. (JB — 06/09)

PETROLEIROS PRESSIONAM

Cerca de 1.600 petroleiros — quase 80% do efetivo da refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão — reunidos no sindicato dos metalúrgicos, decidiram colocar em prática uma série de movimentos de pressão para que a Petrobrás atenda integralmente e a nível nacional todas as reivindicações dos 45 mil empregados da empresa em todo o País. Considerada uma das maiores reuniões da categoria nos últimos anos, a assembléia aprovou 6 propostas do plenário e, ontem mesmo, o pessoal do setor administrativo fez greve de fome, não aceitando as refeições servidas pela empresa. Da mesma forma, a partir da zero hora de ontem, os funcionários dos turnos receberam seus lanches e os depositaram na portaria, ao lado do relógio de ponto. Dentro do esquema montado pela categoria, hoje e amanhã o pessoal do setor administrativo deixará de ir à empresa, não fazendo desse modo horas extras. (FSP — 30/08)

TRABALHADORES DE TODO BRASIL SE REÜNEM EM OPOSIÇÃO À ESTRUTURA SINDICAL

"Precisamos arrebentar esta estrutura sindical", diz Raimundo Ananias, sindicalista componente da coordenação nacional do 1º ENTOES (Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical), que reuniu nos dias 13 e 14 de setembro em Nova Iguaçu, RJ, mais de 500 trabalhadores de todo o Brasil.

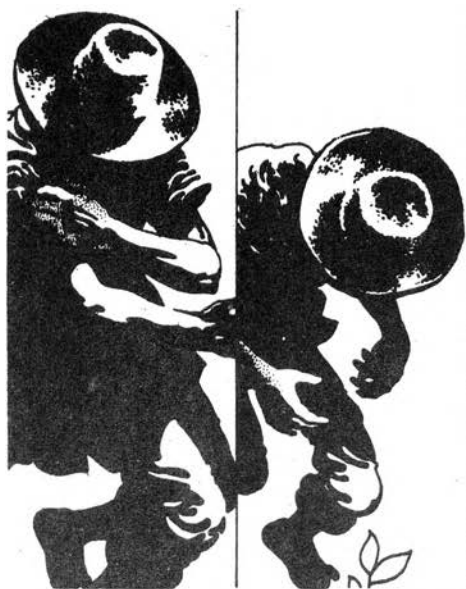
O ENTOES foi programado e organizado por trabalhadores das mais diversas categorias e se propõe a ser um instrumento de união de todos que, dentro do movimento sindical, lutam por sua liberdade e autonomia; um evento do sindicalismo brasileiro de caráter mobilizador, participativo e conscientizador.

Nesse sentido, o ENTOES teria como função "mostrar que a construção da verdadeira unidade se dá na luta efetiva em cada categoria e no trabalho constante de organização, no combate ao cupulismo e à política dos conchavos — espinha dorsal de sustentação da estrutura sindical vigente".

Precedido por vários Encontros Regionais (vários Estados mandaram teses para serem discutidas no Encontro) o Encontro Nacional discutiu, em grupos e plenário, a atual estrutura sindical e sua superação, as bandeiras de luta prioritárias e unificadoras levantadas nos Encontros Regionais e formas de encaminhamento das lutas dos trabalhadores.

FAZENDEIROS TÊM A CULPA, DIZ LULA

O presidente do PT, Luis Inácio da Silva, o Lula, afirmou, através de nota, que latifundiários do Acre estão tentando incriminar os dirigentes de seu partido e diretores da Contag pelos crimes ocorridos na região, dos quais, em última análise, são culpados. A morte de Wilson Sousa Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Basiléia e membro da Comissão



Municipal Provisória do PT, e outros atentados ocorridos no Estado resultam, segundo Lula, das condições desumanas a que os fazendeiros submetem os seringalistas e os outros lavradores e da "convivência do regime em relação a essa desenfreada e selvagem exploração". O PT pede urgente responsabilização judicial dos assassinos de Wilson Sousa Pinheiro e dos autores dos outros atentados, segundo diz a nota assinada por Luis Inácio da Silva. (FSP — 02/08)

JUIZ MANDA DESPEJAR 63 FAMÍLIAS DE TABU

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, José Rodrigues, responsabilizou o Governo por qualquer violência que venha a ser cometida segunda-feira contra 63 famílias (350 pessoas) ameaçadas de expulsão da propriedade Tabu, Município de Surubim, no Agreste Pernambucano, por força do mandado de despejo expedido pelo juiz da Comarca da cidade. "Os trabalhadores", disse o Sr. José Rodrigues, "alguns vivendo na área há mais de 20 anos, estão dispostos a reagir à expulsão. Pelo que fomos informados, o juiz usará força policial para fazer cumprir o mandado. Se isso ocorrer, haverá uma verdadeira chacina e o Governo será o responsável porque até agora não resolveu a situação desses agricultores". (JB — 30/08)

FAZENDEIRO MANDOU MATAR SINDICALISTA

O fazendeiro Carlos Silva, latifundiário no Município de Correntes, a 273 km de Recife, é o mandante do crime praticado contra o líder sindical José Francisco da Costa pelos pistoleiros Luiz Cosmo da Silva e José Mendes de Lima, a 15 de agosto, informou o Secretário de Segurança Pública de Pernambuco. (JB — 02/09)

DENUNCIADA TORTURA DE LAVRADORES NO ACRE

O deputado federal Aloisio Bezerra, do PMDB, denunciou, em Rio Branco, que quatro trabalhadores rurais do município de Assis Brasil, no Acre — acusados de terem participado do assassinio do fazendeiro Nilo Sérgio Oliveira, ocorrido no último dia 28 — foram torturados por investigadores da polícia civil e membros da Polícia Militar do Estado. O parlamentar esteve na cidade de Brasília, onde os trabalhadores se encontram detidos. Segundo Bezerra, Pedro Vidal de Araújo, Miguel Luiz de Souza, Raimundo Silvestre Nascimento e Euclides Luiz de Souza receberam murros e pontapés dos policiais e um deles foi torturado com uma palmatória. O deputado disse que os torturadores enfiaram uma faca sob a unha de Raimundo exigindo que ele confessasse os nomes de outros envolvidos no crime. Ainda de acordo com o seu relato, os trabalhadores lhe contaram que, algemados e de cuecas, foram obrigados a rolar no capim. As mesmas denúncias também foram feitas pelo secretário-geral do PT, Jacó Bitar, em telegrama enviado ao mi-

nistro Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça, e divulgado em Brasília. Segundo Bitar, a prisão de 11 trabalhadores no Acre foi "arbitrária" e quatro deles sofreram torturas. (ESP — 05/08)

LULA DEPÕE SOBRE COMÍCIO NO ACRE

O presidente nacional do PT, Luis Inácio da Silva, o Lula, depôs durante três horas e meia na Polícia Federal sobre sua participação no ato público de protesto pela morte do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, no Acre, Sr. Wilson Pinheiro, realizado no dia 27 de julho. O discurso de Lula durante o ato foi considerado pelos fazendeiros da região um "instigador" do assassinato do fazendeiro Nilo de Oliveira, ocorrido dois dias depois. Lula deverá ser ouvido novamente pelo delegado da Polícia Federal do Acre, Sr. Mauro Sposito, e responder a mais 60 perguntas. (JB — 03/09)

DESPEJOS EM PERNAMBUCO GERAM TENSÃO

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco — FETAPE — Sr. José Rodrigues, anunciou que pedirá ao Presidente da República a desapropriação da propriedade Tabu, no Município de Surubim, a 120 quilômetros de Recife, onde 63 famílias estão ameaçadas de expulsão pela Companhia Agropecuária de Bacabal. Segundo José Rodrigues, é grande a tensão social nessa área e os trabalhadores estão dispostos a resistir à demolição de suas casas

e roças, que deverá começar nos próximos dias: "Ninguém tem para onde ir e se saírem de lá vão passar fome. Toda a propriedade já está cercada porque querem expulsar os trabalhadores para fazer do local um grande pasto para gado". (JB — 09/08)

JAGUNÇOS ATACAM LÍDER RURAL

Cerca de dez jagunços, liderados pelo grileiro Sebastião Ferreira Martins, seqüestraram e espancaram o tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantino, José Rodrigues dos Santos, depois de manter sob cerco, por mais de duas horas, a sede da entidade sindical. A denúncia foi feita em Cuiabá, pelo secretário-geral do sindicato, Aparício Valeriano de Siqueira, que em companhia do presidente da Comissão Pastoral da Terra em Mato Grosso, padre Dionísio Kuduavicz, foi à Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura de Mato Grosso (FETAGRI) relatar o ocorrido. (FSP — 06/08)

BOMBA TERRORISTA EXPLODE E MATA NA OAB

Um atentado a bomba contra a Ordem dos Advogados do Brasil, atribuído a "extremistas" pelo presidente da entidade, Eduardo Seabra Fagundes, resultou na morte da secretária Lyda Monteiro da Silva, viúva, de 59 anos, e "a mais antiga servidora da Ordem", com 43 anos de serviço. A explosão causou pânico e o prédio foi evacuado imediatamente, reunindo na rua um grande número de pessoas. (JB — 28/08)

OAB LANÇA NOTA DE REPÚDIO

"Considerando o trágico atentado à sede da Ordem dos Advogados do Brasil, que vitimou funcionária exemplar, verdadeira agressão à instituição; considerando que tal fato é, infelizmente, um ato a mais na escalada da violência no Brasil; considerando que é chegado o momento dos advogados, em nome da sociedade civil, iniciar reação a esse estado de coisas, inteiramente em desacordo com a índole democrática e pacífica do povo brasileiro, resolve a Ordem dos Advogados do Brasil: 1) Proclamar o dia 28 de agosto de 1980, como Dia Nacional de Luto e Protesto dos Advogados Brasileiros contra os atos de terrorismo; 2) Em consequência, conchamar todos os advogados a não praticar, nesse dia, qualquer ato profissional, salvo para evitar o perici-

mento de direitos ou reclamar a liberdade de pessoas ilegalmente detidas; 3) Convidar o povo, advogados, magistrados, membros do Ministério Público e alunos das faculdades de Direito a comparecer aos funerais da saudosa Lyda Monteiro da Silva". (JB — 28/08)

BOMBA EXPLODE NA CÂMARA DE VEREADORES DO RIO E FERE 6 PESSOAS

Uma bomba de "alta potência e de mecanismo sofisticado" explodiu às 14h40m de ontem no gabinete do Vereador Antonio Carlos de Carvalho (PMDB), ferindo gravemente o seu chefe de gabinete, José Ribamar de Freitas, e outras pessoas. bomba estava debaixo da mesa do Vereador e quando seu assessor abriu a gaveta ela explodiu. (JB — 28/08)

JORNAL TAMBÉM É VÍTIMA DOS TERRORISTAS

Uma bomba de pequeno poder destrutivo explodiu ontem de madrugada na sucursal do jornal "Tribuna da Luta Operária", que funciona num prédio comercial na Lapa, destruindo parcialmente a pequena sala e quebrando vidraças. Não houve vítimas porque a sala estava vazia. (FSP — 28/08)

PMDB REQUER COMISSÃO DE INQUÉRITO

O presidente nacional do PP, Senador Tancredo Neves, assinou, ontem, requerimento de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os responsáveis pelos recentes atentados terroristas. A iniciativa é do Senador Franco Montoro (PMDB-SP). (JB — 29/08)

COMISSÃO QUER FRENTE AMPLA CONTRA O TERROR

A Ordem dos Advogados do Brasil, depois de reunião de sua recém-criada Comissão de Direitos Humanos, iniciou o trabalho de "convocação e mobilização geral da nação" contra os atos de terrorismo, através de uma frente com outras instituições, inclusive os partidos políticos. "Estão em jogo, nesta hora, não apenas a integridade da OAB, mas a ordem jurídica, as leis e a Constituição do país. A conjunção de forças é decorrência inevitável e necessária da conjuntura. Devemos, para essa iniciativa, convocar todos os que coincidem conosco", declarou, muito aplaudido, o conselheiro Miguel Seabra Fagundes, ex-presidente da Ordem. (JB — 29/08)

GRUPO ASSUME OS ATENTADOS CONTRA A OAB E A CÂMARA

Um grupo autodenominado Vanguarda de Caça aos Comunistas reivindicou, através de carta, no Rio, ao Departamento de Jornalismo da Rádio Jornal do Brasil, a autoria dos atentados cometidos anteontem na sede da Ordem dos Advogados do Brasil e na Câmara dos Vereadores. (FSP — 29/08)

A polícia matou as pistas do terror

A história dos atentados e da negligência policial



Nove atentados atingem seis teatros, duas escolas e a livraria Civilização Brasileira. Ao menos as invasões de dois teatros — o Ruth Escobar (SP) e o Leopoldina (RS) —, onde a peça "Roda-Viva" era encenada poderiam ter boas pistas. A revista *O Cruzeiro* identificou 47 integrantes do CCC, acusando nominalmente 26 deles de participar do ataque ao Ruth Escobar. Entre os citados, o depois delegado do DEOPS Raul Nogueira, o "Raul Careca". Em Porto Alegre, dois atores ficaram três horas nas mãos dos agressores. Mas a polícia não os chamou para identificar ninguém.



A Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) assumiu a autoria da maioria dos dez atentados do ano. Mas, em alguns deles, há fortes indícios de ligação entre os terroristas e os órgãos de segurança:

- O governo paulista sabia, à época, quem jogara uma bomba no Cebrap (leia quadro na página 19). Mas não puniu os culpados.
- O motorista de dom Adriano Hipólito foi deixado, depois do seqüestro do bispo, no local onde o "esquadrão da morte" larga suas vítimas. Os seqüestradores fizeram suas vítimas usar capuzes como os utilizados pelo DOI nos prisioneiros.
- Na bomba deixada na sede do jornal *Opinião*, vizinhos vêem um Corcel amarelo WX-2847. A polícia localizou o dono mas demorou a interrogá-lo.
- O jornal *Boca do Inferno*, em Salvador, foi empastelado depois de uma ordem do ministro da Justiça para que fosse apreendido.



Seis atentados, o saldo de 1977. Na ação terrorista mais importante — o seqüestro de madre Maria Conceição, no Rio —, as poucas pistas foram abandonadas:

- A madre foi acusada por pais de alunos do Colégio Sacré-Coeur de adotar um livro subversivo. Seviçada por seus seqüestradores, madre Conceição identificou um dos carros usados pelos terroristas: era preto e tinha chapa branca, do serviço público. Os denunciante da madre não foram investigados.

ENTIDADES REPUDIAM ATOS DE TERRORISMO

Em nota distribuída à imprensa, 22 associações científicas de profissionais repudiaram a escalada terrorista, que "põe em risco as conquistas ainda que limitadas alcançadas pelo povo brasileiro, em sua caminhada para uma sociedade mais justa, mais humana, mais livre". O documento foi redigido depois de uma reunião com representantes das 22 entidades e entregue à imprensa pelo secretário regional, no Rio, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Prof. Enio Candotti. "Cabe ao Governo a apuração dos fatos e a punição dos culpados. A luta contra o terror se identifica hoje com a luta pela democracia no Brasil", diz o documento. (JB — 31/08)

LULA LAMENTA PELA DEMOCRACIA

"Os atentados atrapalham em muito a caminhada que o país está dando, a meu ver, a passos largos para a democracia. E parece que são para provocar a esquerda, em particular, e para assustar e atemorizar a sociedade brasileira, em geral. A solução é botar o povo nas ruas, em grandes concentrações, para discutir a situação, que é do mais absoluto interesse de todos". Essa opinião é de Luis Inácio da Silva, o Lula, líder do PT, que ontem transitou por Belém com destino a São Luís do Maranhão. Em meio à manifestação feita por dezenas de simpatizantes do PT, que gritavam slogans como "o povo unido jamais será vencido", Lula disse que se os atentados fossem obra da esquerda "o governo já teria mobilizado todo o aparato repressivo para contê-los". (JB — 29/08)



Os terroristas escolheram Minas: dos quinze atentados do ano, treze ocorreram em Belo Horizonte e dois no Paraná. Em todas as ações, pequenos sinais de autoria ficaram à vista — e foram negligenciados:

- Sequestrada em Curitiba, a professora Juracilda Veiga foi transportada pela perua Veraneio AG-0208 (SP). Não se investigou a chapa.
- O frei Nicolau viu os ocupantes de um Volks azul jogarem uma bomba na Igreja de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte. A polícia não ouviu.
- Testemunhas viram, também, um Volks azul e uma perua Brasília rondando a casa da presidente da seção mineira do Movimento Feminino pela Anistia e a sede do DCE da Universidade Federal de Minas, momentos antes de os dois locais serem explodidos a bomba. Não foram chamadas a depor.
- A sucursal mineira do semanário *Em Tempo* foi invadida dias depois de divulgar a lista de 233 torturadores.



Em 1979, a onda de terrorismo da extrema direita começou a se propagar, também, em direção ao Rio, São Paulo e Brasília.

- Horas antes de explodir uma bomba na sucursal mineira de *Em Tempo*, um homem chegou à redação num Opala preto, chapa branca DF-1324. Depois do atentado, a polícia recolheu três pacotes de material sem permitir que os jornalistas vissem o que continham. Não se investigaram a chapa nem os pacotes. Um ex-agente do Cenimar acusou o estudante Luis Alberto Jansen e o delegado Thacir Omar Menezes de estarem envolvidos no atentado. O inquérito desapareceu.
- O dirigente sindical João Paulo Pires teve seu carro destruído a bomba dias depois de quase ser jogado fora de uma estrada por três homens numa perua Veraneio. A perua não foi investigada.



A impunidade estimula o terror: 46 atentados em oito meses e um novo alvo, as bancas de jornal. Eis algumas pistas desprezadas pela polícia:

- Não foram identificados os agentes que sequestraram o advogado Dalmo Dallari e o entregaram, preso, ao DEOPS.
- Não foram interrogados os integrantes do Serviço Reservado da PM paulista acusados de agredir o jurista.
- Não foram mostradas a Dallari as fotos de militantes da direita, esquerda e de agentes de órgãos de segurança.
- A Assembléia gaúcha mandou prender um aluno da Academia de Polícia, Luis Fernando de Oliveira, suspeito, junto com Paulo dos Santos Araújo, de jogar pó tóxico na casa. O delegado Elmes Squinini o soltou. Em São Paulo, o DEOPS liberou, sem identificar e sem anotar seu endereço, um acusado de jogar pó químico no TUCA.
- Jornaleiros ameaçados anotaram as placas LS 9596 (SP), JK 8695 (SP) e RP 8695 (RJ). Como as placas não correspondiam aos carros descritos, a pista foi abandonada. Em Curitiba, a polícia sabe que o terror usa uma perua Rural Willys e um Volks. Mas ainda não identificou os carros.
- Não foi comparada a lista das "chapas-frias" dos órgãos de segurança com as anotadas pelos jornaleiros.
- O jornalista Horácio Gomes, de Rio Grande (RS), recebeu uma ameaça do CCC em papel com linha-d'água semelhante ao dos impressos das repartições públicas locais.
- O jornaleiro Alexandre Pelaro, de Ribeirão Preto (SP), afirmou ter sido instado por um homem fardado, tenente, a não vender jornais da imprensa nanica. O tenente não foi procurado.



LULA FAZ DESAFIO AO GOVERNO

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio da Silva, o Lula, desafiou o Presidente da República, ministros e autoridades, "responsáveis pelo caos econômico", a subirem num palanque, em praça pública, para convencer o povo de que é importante saber viver na miséria. "Sei que não vão aceitar mas deviam, pelo menos uma vez, ter essa experiência, em vez de ficar, às escondidas, dando desculpas para os seus erros". Ao falar para quase 12 mil pessoas, que lotaram a Praça Deodoro, numa das maiores manifestações já vistas no Estado, o presidente do PT lançou o Partido no Maranhão, pedindo a todos, quando voltassem para casa, "cinco minutos de reflexão pra constatar o estado de miséria a que o golpe militar de 1964 levou o povo brasileiro". (JB — 30/08)

É PRECISO COMEÇAR PELO ABC, DIZ VILELA

O senador Teotônio Vilela (AL), 1º vice-presidente do PMDB, disse ontem em Brasília, que, se o Governo quiser realmente apurar quais são os responsáveis pelos atentados terroristas, pode começar investigando o que ocorreu no ABC paulista, "quando houve uma repressão brutal contra metalúrgicos, parlamentares, advogados e democratas". Para o senador Vilela, o Governo poderá identificar as forças terroristas antidemocráticas se investigar a "Operação São Bernardo". (ESP — 29/08)

DEZ MIL PESSOAS ACOMPANHAM ENTERRO NO RIO

Cerca de dez mil pessoas acompanharam a pé, por mais de três horas, através de um percurso de doze quilômetros, o caixão da funcionária da Ordem dos Advogados do Brasil, Lyda Monteiro da Silva, morta em consequência do atentado terrorista na sede da entidade, e enterrada ontem, por volta das 15 horas, no Cemitério São João Batista. A passeata, iniciada após as 11 horas no centro da cidade, transcorreu normalmente, com a polícia colaborando para interromper o trânsito. O clima geral era de revolta e ao longo de todo o percurso o enterro-passeata teve vários gritos e protestos — "Chega de omissão, exigimos punição", "Adeus da Lyda, nossa luta é sua vida", "Um, dois, três, terroristas no xadrez", "Cadeia pro terror", entre outras —, centenas de faixas, músicas — cantou-se o Hino Nacional, e "Pra não dizer que não falei de flores", de Vandré —, vaia, palmas, participação de pessoas em janelas e sacadas de edifícios e alguns protestos específicos. Entre estes, vaia e gritos contra os consulados dos Estados Unidos, do Chile e da Argentina, e uma manifestação defronte ao terreno onde funcionou a UNE. (FSP — 29/08)

FAORO E SEABRA TEMEM LEGISLAÇÃO ANTITERROR

A lei antiterror defendida pelo Senador Jarbas Passarinho foi condenada, pelo antigo e pelo atual presidente do Conselho Federal da OAB: para o Sr. Raimundo Faoro "essa lei será o retorno ao AI-5 e a prova de que o terror venceu, e não a repressão a ele"; para o Sr. Eduardo Seabra Fagundes, "ela poderá servir para intranquilizar a sociedade brasileira já que não se pode ter a certeza de que não seria usada negativamente por grupos paralelos ao próprio Estado que atuam na impunidade". (JB — 03/09)

PRESIDENTE DA OAB DIZ QUE DIREITA NÃO É COIBIDA

"Os órgãos de repressão não se mostram suficientemente preparados para reprimir os atentados provenientes dos setores de direita, ao contrário do que ocorre quando o terrorismo parte da esquerda" — afirmou ontem o presidente do Conselho Federal da OAB, Eduardo Seabra Fagundes. "Enquanto em Minas, em pouquíssimo tempo foi desvendado o caso dos atentados que teriam sido praticados por terroristas de esquerda, aqui, decorridos mais de sete dias de investigações, não chegamos ainda a nenhum resultado prático. Estimamos que os órgãos de segurança também possam agir aqui com a mesma presteza com que agiram em Minas", disse. (JB — 04/09)

ATO PÚBLICO REPUDIA TERRORISMO

Cerca de 7 mil pessoas, incluindo representantes da imprensa, líderes sindicais, representantes estudantis, e de cinquenta entidades e associações e políticos de oposição, protestaram dia 11/8/80 no Teatro da Universidade Católica de São Paulo contra a onda de atentados terroristas e a maioria subscreveu o documento "Compromisso dos Democratas" a ser entregue ao Presidente e ao ministro da Justiça, denunciando a violência política e pedindo providências efetivas para a sua erradicação. O ato público, cujo início foi retardado e conturbado devido ao encontro de uma falsa bomba, teve no pronunciamento do presidente do PDT, Leonel Brizola, um dos mais veementes da noite: ele considerou a reunião como "ponto de partida da verdadeira unidade, da verdadeira união para restaurar os direitos do nosso povo, porque na verdade esta Nação é civil e deve ser governada pelo povo civil". (FSP — 12/08)

OAB ACHA QUE AUTORIDADES TÊM CONTROLE DAS BOMBAS

O presidente do Conselho Federal da OAB, Seabra Fagundes, assegurou que "em laboratório vai se provar que o explosivo utilizado na bomba da OAB é raro, extremamente perigoso, e cuja fabricação, comercialização e armazenamento seguramente não estão fora do controle das autoridades de segurança". "Não posso crer que o aparelho de segurança não esteja preparado para detectar esse tipo de explosivo. Não é possível que material tão sofisticado entre no Brasil sem que as autoridades de segurança saibam onde está". Na reunião extraordinária de ontem no Conselho, o Sr. Seabra Fagundes disse que a OAB precisa manter "uma posição extremamente crítica durante o inquérito". (JB — 03/09)

CPI DE MINAS TEM 15 ACUSADOS DE TERRORISMO

São 15 os nomes de acusados de envolvimento em atentados terroristas, segundo depoimentos já feitos à CPI da Assembleia Legislativa de Minas sobre a violência política e que serão rigorosamente investigados, conforme disse em Ouro Preto, sábado, o Ministro da Justiça. Dos 15 acusados, cinco são generais. (JB — 02/09)

CARDEAL CRITICA E DENUNCIA PRESSÕES

"A política de controle da natalidade é imperialista. Ela é uma forma para dominar o Brasil, um medo do Primeiro Mundo, da explosão demográfica no Terceiro Mundo. É a antiga política colonialista, com as nações ricas se tornando cada vez mais ricas, à custa de nações pobres cada vez mais pobres", disse o cardeal-arcebispo de Fortaleza, D. Aloísio Lorscheider, na mais agressiva crítica feita por um representante da Igreja contra o controle da natalidade. (FSP — 27/08)

POLÍCIA PRENDE POSSEIROS QUE REAGIRAM EM DEFESA DE TERRA

A polícia de Vitória da Conquista, no Sudoeste da Bahia, mantém presos nove posseiros que reagiram contra um ataque a tiros do fazendeiro Germano de Souza Neves, proprietário da Empresa Agropecuária Pau-Brasil. O fazendeiro, acusado de grilagem de terra, não foi preso. Atendendo convocação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, centenas de lavradores se concentraram na praça principal da cidade, protestando contra a prisão dos colegas e contra os policiais, que, segundo eles, favorecem o fazendeiro. (JB — 30/08)

DENÚNCIA SOBRE VIOLÊNCIA RURAL

Os cinquenta participantes do 1º Encontro Regional de Advogados Rurais, realizado no Rio, divulgaram documento manifestando preocupação diante dos recentes atentados terroristas registrados na cidade e principalmente no campo, "onde a exploração se faz sentir de maneira mais exacerbada". O documento denuncia que "a total impunidade de atos clamorosamente ilegais e de revoltante violência estimula o terrorismo praticado não só por fazendeiros e jagunços, como também pelos órgãos oficiais, inclusive o Poder Judiciário". Os advogados afirmam que a posição do Governo quanto ao terrorismo "flutua entre o deslavado cinismo de imputá-lo a fantásticas organizações de esquerda, até o absurdo legalismo de não intervenção federal em assuntos estaduais. Ou seja, na melhor das hipóteses, o estímulo e encorajamento ao terrorismo. os participantes do encontro decidiram acelerar as providências para a instalação da Associação Nacional de Advogados Rurais. A finalidade da associação é dar apoio ao trabalho dos advogados rurais junto aos lavradores. (FSP — 26/08)

D. HÉLDER QUER ESTATUTO PARA AS MULTINACIONAIS

Ao lembrar que "Deus nos dá a convicção de que temos o mesmo Pai, e que somos todos irmãos", o Arcebispo de Olinda e Recife, D. Helder Câmara, pediu ao Governo que "esqueça um pouco os estrangeiros que vivem indefesos em nosso território, alguns fugidos de ditaduras latino-americanas", e se preocupe mais "em fazer com que as multinacionais sejam tratadas em lei especial, quando necessário". As considerações foram feitas em debate realizado na sede da OAB-PE, sobre o Estatuto do Estrangeiro, quando o Arcebispo afirmou que aquele diploma "atinge diretamente os nossos missionários que vêm nos ajudar a criar um mundo mais humano". (JB — 14/08)

FETAG PROTESTA CONTRA PREÇO ÚNICO DA CANA

É um verdadeiro pacto de ilegalidade, afirmou o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, José Rodrigues, ao protestar contra a decisão dos fornecedores de cana que resolveram pagar o preço único de Cr\$ 110 por tonelada de cana-de-açúcar, de qualquer qualidade, ou seja, queimada ou crua. "O nivelamento foi feito por baixo" — afirma o presidente — "constituindo-se a medida um total descumprimento à convenção coletiva assinada em outubro entre usineiros, trabalhadores e fornecedores. Essa é uma verdadeira provocação aos trabalhadores, pois esta cláusula era a única que até agora vinha sendo cumprida entre as 20 que fazem parte da convenção". (JB — 30/08)

DOM ALANO DENUNCIA VIOLÊNCIA NO PARÁ

O Bispo de Marabá, D. Alano Maria Pena, foi intimado e compareceu perante o diretor do DOPS de Belém, para esclarecer a denúncia de atos de violência que estariam sendo praticados contra pequenos lavradores de Goianésia, Município de São Domingos do Capim, no interior do Pará. D. Alano denunciou o desaparecimento do lavrador Valdomiro Costa dos Santos de uma das celas da cadeia pública, onde fora preso quatro dias antes por ordem do soldado Manoel Dias Aragão, atual Comissário de Polícia. (JB — 29/07)

IGREJA LUTERANA PEDE NO SUL "DEMOCRACIA SEM ADJETIVOS"

Em documento preparatório à Consulta Nacional das Igrejas Evangélicas a realizar-se no Rio de Janeiro, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) defendeu a necessidade da existência, no país, de "um regime democrático sem adjetivos e cujos governantes sejam eleitos em todos os níveis, pelo sufrágio universal, em eleições livres".

No mesmo documento, de 22 itens, a IECLB, cuja direção nacional é sediada na capital gaúcha, pede o "estabelecimento de salvaguardas e garantias do cidadão ante eventuais desmandos do aparelho estatal" e advoga "em favor dos pobres, o direito a moradias decentes, escolas, saúde, salários dignos, segurança e proteção contra a violência institucional".

A IECLB considera como contrária à vontade e à própria pessoa de Deus "toda injustiça cometida contra o homem". Defende o reconhecimento do direito das minorias, entre elas a igualdade de oportunidade de trabalho e salário para a mulher. No documento, divulgado pelo jornal da IECLB, seus membros defendem, ainda, "uma efetiva participação do povo brasileiro nas riquezas produzidas pelas empresas estatais", a desburocratização em todos os níveis e "uma justiça rápida e ao alcance dos pobres".

BISPOS PROTESTAM NA PARAÍBA

O arcebispo D. Helder Câmara e os bispos D. José Maria Pires e D. Marcelo Carvalheira realizaram dia 3/8/80, em Campina Grande, um ato público para protestar contra as ameaças de morte ao bispo da cidade, D. Manoel Pereira, e membros da Comissão de Justiça e Paz, feitas por integrantes do Esquadrão da Morte. Ao mesmo tempo, D. José e mais quatro prelados do Estado, após um encontro na cidade de Cajazeiras, distribuíram documento condenando a violência e pedindo às autoridades "rigorosas atitudes contra a criminalidade organizada, sobretudo quando há indícios de que elementos policiais estão envolvidos em crimes ou interessados em acobertá-los". Tanto

Os 22 itens, que servirão como reflexão para aprofundamento no encontro a ser realizado no Rio de Janeiro, também incluem a afirmação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil do "direito de todo o povo brasileiro de ter acesso às informações que interessam à vida nacional e individual, informações que não sejam parciais ou tendenciosas".

A IECLB afirma "o direito de manter sua consciência crítica e sua postura profética diante de qualquer sistema que pretenda afirmar-se como um estilo total de vida, seja do capitalismo, com sua idolatração do lucro, a desumanização do homem, o culto da máquina, a preocupação com a quantidade sem referência à qualidade da vida, sua concentração de poder e difusão da miséria; seja o marxismo, com seu ateísmo, materialismo histórico, determinismo econômico, sua luta contra a religião e pretensão de domínio absoluto da consciência do homem, como alternativa ao cristianismo".

Defende, por fim, a urgência de um estudo aprofundado por parte de todas as Igrejas dos assuntos como a desintegração da família, aborto, sexo, drogas, a ideologia da sociedade de consumo, a "favelização" das metrópoles brasileiras, a violência urbana e a ecologia. Este estudo visa o estabelecimento de bases para um "testemunho profético comum de todas as denominações evangélicas sobre as opções éticas exigidas pela sociedade brasileira". (JB — 13/08)

D. Manoel como a Comissão de Justiça e Paz tiveram participação ativa nas investigações realizadas em Campina Grande, por ordem do governador Tarcísio Burity, visando a apurar os repetidos assassinatos de presos comuns e que culminaram com o envolvimento de quatro policiais, já demitidos. Com a conclusão do inquérito e a punição dos culpados, os representantes da Igreja passaram a receber telefonemas, ameaçando-os de morte. No documento distribuído por D. José Maria Pires, é feito um apelo às Igrejas de Paraíba a darem apoio, "aos que se sentirem ameaçados pelo terrorismo institucionalizado", e uma advertência de que "a impunidade dos criminosos contribui para aumentar a insegurança coletiva". (ESP — 02/08)

METODISTAS CRITICAM LEI DOS ESTRANGEIROS

O Bispo e pastores da Igreja Metodista da Segunda Região Eclesiástica R.G.S., reunidos para oração, estudo e reflexão sobre a missão da Igreja no atual momento brasileiro e latino-americano, declaram o seguinte:

1. Lamentam profundamente que a Câmara dos Deputados tenha aprovado por decurso de prazo, ignorando o protesto nacional, a chamada "Lei dos Estrangeiros" que contraria não só o tradicional espírito acolhedor e fraterno do povo brasileiro como foge dos ensinamentos bíblicos, onde o estrangeiro sempre é merecedor de atenção especial, como os órfãos e as viúvas; ao mesmo tempo esperam que sejam sentidas as manifestações populares no sentido de que o referido estatuto seja reformulado de acordo com o tradicional sentimento brasileiro e a Declaração Universal dos Direitos Humanos;

2. Lamentam, de acordo com informações da imprensa, que pastores metodistas e outros religiosos estejam sendo perseguidos (presos e mortos) como consequência do recente golpe militar na Bolívia; declaram as Igrejas a orarem também em favor daquele povo irmão, com o qual se solidarizam em seus esforços para alcançarem uma democracia plena; estranham que, a despeito do Presidente da República ter lamentado tal acontecimento, o Itamarati, finalmente, o tenha reconhecido como governo;

3. Lamentam profundamente os ataques terroristas ultimamente perpetrados contra jornalistas e pessoas comprometidas com os direitos do povo; preocupam-se com a impunidade e a não descoberta dos responsáveis;

4. Lamentam as tentativas de desrespeito à Constituição no sentido de protelar as eleições, deixando o povo frustrado em seu direito e necessidade de se expressar através do voto;

5. Lamentam o total descontrole na alta do custo de vida o que se torna um verdadeiro ataque à vida do povo brasileiro.

Oram para que estes assuntos encontrem a solução urgente que reclamam.

Porto Alegre, 9 de agosto de 1980.

DOM CLÁUDIO APÓIA LUTA POPULAR

O bispo Cláudio Hummes disse que "a violência não é a norma do Evangelho", mas admitiu a hipótese de a Igreja apoiar uma luta popular armada contra o regime: "Na Nicarágua, a Igreja também é contra a violência e, no entanto, esteve profundamente presente na caminhada do povo. Não optou pela violência, mas respeitou a decisão do povo e o acompanhou". D. Cláudio, que é bispo do ABC, esteve presente à sessão de instalação do Comitê de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. afirmou: "Temo que o povo comece a perder a paciência e abandone os processos pacíficos de conquistas. Começa-se a notar, pelo Brasil afora, pequenos focos de violência, de resistência. E a violência não me parece ser o caminho normal". "O povo está-se organizando cada vez mais no Brasil inteiro", disse D. Cláudio. "E continuará a se organizar, acreditando mais em si mesmo. O povo deixou de esperar por soluções de cima. Quer ele mesmo fazer a sua história. D. Cláudio afirmou: "A Igreja deve sair da área de influência do poder político e deixar de ser apoio para uma classe dominante. A Igreja quer profundamente se colocar ao lado dos que são oprimidos, dominados, e, com eles, procurar uma sociedade nova em que haja justiça, liberdade, participação, direitos humanos. Em uma palavra: libertação. Cristo também se bateu por esses conceitos". Lembrou D. Cláudio que "as resistências, como a do Araguaia (movimento guerrilheiro) e a dos índios, ainda não passam de incidentes, cuja multiplicação se espera que não seja necessária". (JB — 15/08)

DOM PAULO PROPÕE REAÇÃO AO MEDO

O Cardeal Paulo Evaristo Arns advertiu que "a sociedade está dominada pelo medo" que contamina a política, a economia e a religião. "O medo cochichado ao ouvido cria uma atmosfera de pânico. O medo enfrentado, com prudência e forças unidas, pode trazer de volta a liberdade". Na sua mensagem semanal Encontro com o Pastor, cujo tema foi o mesmo de sua palestra à noite aos universitários de Tubarão, Santa Catarina, D. Paulo afirmou que "a comunidade é o remédio mais eficaz contra o assalto e ameaça coletiva". E propôs: "Solução urgente e inadiável é formar autênticas comunidades, unindo-as entre si". (JB — 15/08)

"QUE VENHA O TEU REINO"

Mensagem da Conferência Mundial de Evangelização, do C.M.I. realizada em Melbourne, Austrália,

Irmãs e Irmãos em Jesus Cristo:

De 12 a 25 de maio estivemos reunidos em Melbourne, Austrália, na Conferência Mundial de Igrejas. Éramos mais de 500 cristãos provenientes de numerosos países de todo o mundo. E reunimo-nos em nome de Jesus Cristo. A nossa atenção foi centralizada na oração que Jesus nos ensinou: "Que venha o Teu Reino". Estávamos unidos nesta oração que simultaneamente nos interroga e conforta.

Este encontro realizou-se sob as nuvens da ameaça nuclear e da aniquilação. O nosso mundo está profundamente ferido das opressões que infligem os poderosos aos que não têm poder. Estas opressões manifestam-se na vida econômica, política, racial, sexual e religiosa. O nosso mundo, tão orgulhoso das suas vitórias humanas, vê povoações inteiras devastadas, povos a sofrer de fome, de pobreza e de injustiça...

Os pobres e os famintos clamam a Deus. A nossa oração "Que Venha o Teu Reino" deve ser feita em solidariedade com o grito de milhões de seres humanos que vivem na pobreza e na injustiça. Povos

inteiros agüentam os seus tormentos silenciosamente; os seus rostos falam dos seus sofrimentos. A Igreja não pode manter-se distanciada destes rostos pois ela vê neles o próprio rosto de Jesus (Mat. 25).

Neste mundo, a proclamação do Reino de Deus dirige-se a todos. Dirige-se aos pobres e faz nascer neles a força para afirmar a sua dignidade humana, a libertação e a sua esperança. Para o opressor é um julgamento, um desafio e uma exigência de arrependimento. Convida o insensível a tomar consciência da sua responsabilidade. A própria Igreja tem frequentemente desobedecido ao Seu Senhor criando barreiras à vinda do seu Reino. Reconhecemos este pecado e a necessidade de nos arrependermos, de ser perdoados e purificados...

Nós, os participantes nesta Conferência Mundial sobre a Missão e a Evangelização, somos interpelados pelo sofrimento dos pobres. Oramos para que eles possam compreender e para que todos proclamem dignamente o Evangelho pela nossa palavra e pela nossa vida.

Estamos sob o julgamento e a esperança de Jesus Cristo. A oração "Que Venha o Teu Reino" aproxima-nos do Senhor no mundo de hoje. Convidamo-vos a que vos unais a nós no serviço do Senhor para a vinda deste Reino pelo qual oramos".

CARTA ASSINADA POR LÍDERES DA IECLB E ENVIADA À COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DO PARANÁ

"Prezados irmãos! Reunidos na Conferência Nacional dos Pastores Distritais em Cascavel — PR, durante os dias 28 a 31 de julho de 1980, nós acompanhamos com vivo interesse a luta dos colonos expropriados pela Itaipu Binacional e lembramos os mesmos em nossas intercessões.

Vimos expressar nossa grande satisfação e nosso reconhecimento pela atuação da CPT na defesa e em apoio dos legítimos direitos dos colonos que reivindicavam preços justos por suas terras. Compreendemos que o sucesso pacífico foi alcançado mediante o decidido e corajoso empenho da CPT ao lado dos colonos e de suas lideranças.

Entendemos que os irmãos deram um importante testemunho para todo o Brasil, reunindo o povo so-

fredor em manifestação ordeira e pacífica e mostrando, assim, que o desenvolvimento técnico e econômico somente deve acontecer num justo procedimento com respeito ao direito de todos os cidadãos.

Em especial queremos transmitir o nosso reconhecimento e fraterno apoio ao colega pastor Werner Fuchs que, ao lado de outros líderes, dedicou-se incansável e seriamente a favor desses colonos expropriados. Vemos nisto uma expressão legítima de seu pastorado, em fidelidade ao Evangelho de Jesus Cristo, pelo que agradecemos e louvamos a Deus. E, queremos animá-lo a prosseguir, orientado pela palavra do apóstolo Paulo: "Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem" (Rm 12.21).

Finalmente manifestamos a esperança de que a CPT possa continuar acompanhando estes colonos até seu reassentamento definitivo.

Irmãos em Cristo" (seguem 32 assinaturas)

OS LUTERANOS E A LEI DOS ESTRANGEIROS

O Secretário Geral da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, pastor Rodolfo Schneider declarou o posicionamento oficial da IECLB em documento ao Ministro da Justiça.

Neste posicionamento, a IECLB diz que está convicta de que "deve haver uma discussão ampla e profunda sobre o projeto e suas implicações". E ela não se pretende omitir dessa discussão, porque "entre seus membros há diversas categorias de estrangeiros, que estarão sujeitos à nova lei". Entre eles, principalmente pastores contratados de outras Igrejas fora do País.

Como a IECLB ainda depende da colaboração desses pastores, ela se preocupa com a admissão de tais obreiros, pois o Estatuto destaca para a concessão do visto permanente "exclusivamente o critério do desenvolvimento econômico". Difícilmente os pastores estrangeiros podem ser enquadrados nessa categoria, pois "não contribuem diretamente para o desenvolvimento econômico do País". Em consequência, não teriam direito ao visto permanente.

Dificuldades no trabalho

A IECLB também manifesta sua preocupação com a situação dos pastores estrangeiros frente a duas restrições previstas no novo projeto. "A concessão do visto permanente pode ficar condicionada à fixação do estrangeiro em região determinada do território nacional". Isso acarreta grandes dificuldades para a Igreja, porque "há situação em que um pastor tem que assumir com urgência o trabalho em outra comunidade religiosa porque lá a necessidade de assistência é maior".

Ainda conforme o novo projeto, o estrangeiro admitido na condição de temporário somente pode exercer suas atividades junto à entidade que o contratou. O exercício de outra atividade precisa ser autorizado pelo Ministério da Justiça, ouvido o Ministério do Trabalho. Isso causa "grandes dificuldades para o ensino religioso em escolas públicas ou em escolas particulares não diretamente mantidas pela Igreja".

Separação de cônjuges

Caso os pastores estrangeiros não forem enquadrados na categoria de pessoas que recebem visto permanente, resta enquadrá-los na categoria das pessoas que recebem visto temporário. Para essas, o Estatuto prevê um prazo de estada no Brasil que corresponde à duração do con-

trato. "Mas, na prática, o visto em tais casos, até agora, geralmente não foi concedido pelo prazo de duração do contrato. Foram concedidos vistos de dois anos, com possibilidade de prorrogação. Esse procedimento, no entanto, leva a certa incerteza, porque não se sabe se o visto temporário será prorrogado ou não", queixa-se a IECLB. Neste ponto a IECLB propõe, entre outras, a alteração da legislação, de modo que os pastores estrangeiros recebam o visto temporário "pelo prazo de duração do seu contrato de trabalho".

Seguindo a legislação anterior, o novo projeto prevê a expulsão de um estrangeiro por motivos determinados. Mesmo um estrangeiro casado no Brasil pode ser expulso, ao contrário da legislação anterior. Isso pode provocar a separação de famílias. Considerando isso, a IECLB propõe manter aquilo que diz a legislação anterior, isto é, estrangeiro com cônjuge brasileiro não pode ser expulso.

Abrigo aos estrangeiros

"O novo projeto prevê um controle bastante amplo sobre os estrangeiros residentes no Brasil", reconhece a IECLB. "Diversas pessoas, entidades e estabelecimentos estão obrigados a comunicar ao Ministério da Justiça nas mais diversas oportunidades os dados de identificação de estrangeiros", continua o documento. Como isso vai criar um tratamento desigual para brasileiros e estrangeiros, a IECLB é da opinião de que "não deve ser introduzido aquele sistema amplo de registro e controle dos estrangeiros".

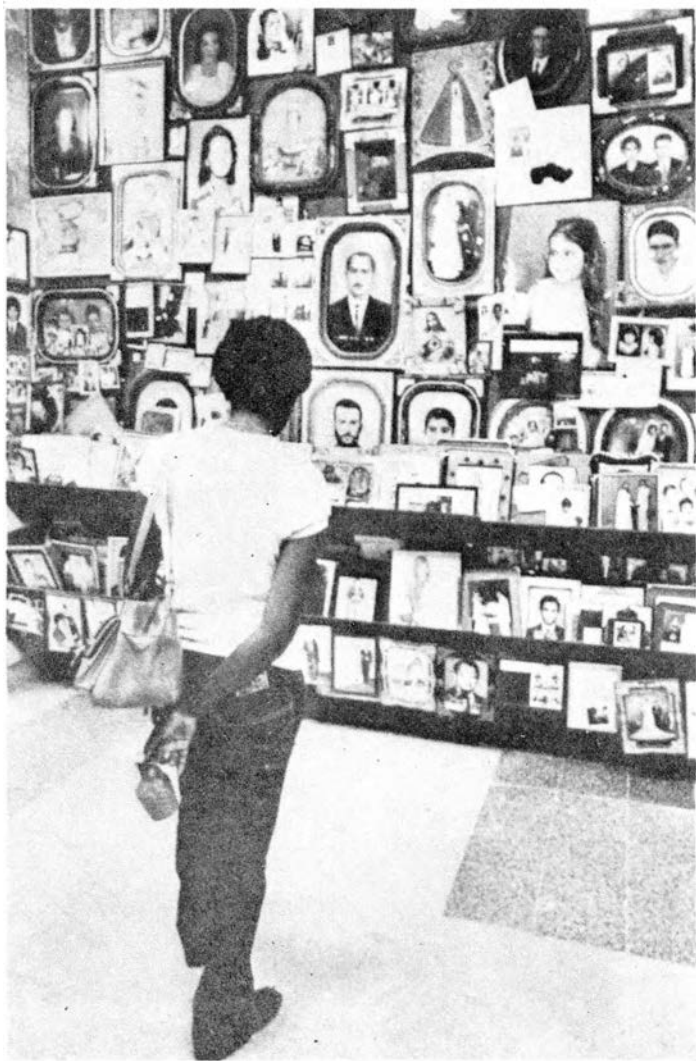
Por fim, a IECLB ainda chama a atenção das autoridades e do povo brasileiro para o problema dos refugiados. "O Brasil sempre se destacou por sua hospitalidade e pela nobre disposição de aceitar em seu meio tais vítimas de circunstâncias políticas específicas". A IECLB continua achando que o Brasil deve abrigar "pessoas que em seus próprios países são rejeitadas". Pois, conclui o documento enviado a Brasília, "no texto da lei não se deve manifestar apenas a disposição de aceitar imigrantes que sejam úteis à economia nacional sob o ponto de vista do aumento de produtividade, da assimilação de tecnologia e da captação de recursos para setores específicos. Também deve transparecer a disposição de aceitar, dentro de certos limites, refugiados que procuram uma nova chance para uma vida digna e tranqüila".

OPOSIÇÕES QUEREM MODIFICAR A LEI DOS ESTRANGEIROS

Será apresentado ao Congresso projeto elaborado por uma comissão interpartidária das oposições que reformula o Estatuto dos Estrangeiros originário do Executivo e recém-aprovado pela maioria parlamentar do governo. O projeto beneficia os apátridas, que terão praticamente assegurada a cidadania brasileira, e legaliza a situação dos que se encontram irregularmente em território brasileiro, além de não permitir a expulsão dos que tiverem cometido crime político no exterior. Estabelece o projeto oposicionista o sistema de quota de imigração, que não poderá exceder a 1% dos que entraram no Brasil, da mesma nacionalidade, no período de 1938 a 1969. Preserva o direito de não ser expulso o estrangeiro(a) casado com brasileiro(a), ou com filho(a) brasileiro. O turista ou temporário não poderá exercer atividade remunerada. (JB — 08/09)

PADRE AFIRMA QUE INDEPENDÊNCIA EXIGE PARTICIPAÇÃO COM JUSTIÇA

"A independência somos todos nós quando crescemos com o povo em liberdade e participação; quando temos nossos direitos respeitados; quando podemos escolher com liberdade os nossos governantes; quando resistimos aos privilegiados que se beneficiam com o despojamento e a miséria da maioria; quando podemos participar com justiça dos frutos do trabalho produzidos no país". Este trecho, que começa com o slogan usado pelo Governo nas comemorações da Semana da Pátria, é da carta que o Padre italiano Vito Miracapillo distribuiu durante a missa que celebrou na igreja do município pernambucano de Ribeirão, reafirmando as críticas contidas no ofício que enviou ao Prefeito Salomão Correia Brasil (PDS) para comunicar que não celebraria missa em ação de graças pelo transcurso do 7 de Setembro. (JB — 08/09)



TERROR INSISTE CONTRA IGREJAS

A Diocese de Propriá, em Baixo São Francisco, em Sergipe, sofreu mais um atentado terrorista, com o arrombamento, pela segunda vez em menos de 30 dias, da Igreja Matriz da cidade da Ilha das Flores, às margens do Rio São Francisco. O primeiro atentado ocorreu no domingo 3/8/80, com o arrombamento da Igreja e da Casa Paroquial. O fato foi levado ao conhecimento do Governador Augusto Franco pelo Bispo de Propriá, D. José Brandão de Castro, que pediu para ser apurado. Uma comissão de inquérito foi nomeada pelo Secretário da Segurança Pública, por determinação do Governador, mas até agora não chegou a nenhum resultado. Segundo o Bispo D. José, "esses atos terroristas objetivam contestar a pastoral da Diocese, que é baseada na opção preferencial pelos pobres". Ele afirma também que existe outro aspecto, "a existência, no meio de tudo isto, da política, porque, até então, predominava na região a instrumentalização da Igreja para fins políticos. A Igreja ajudava a aumentar o prestígio político de algumas pessoas". Antes dos atentados e ameaças, os prefeitos dos municípios do Baixo São Francisco e fazendeiros da região fizeram um abaixo-assinado, pedindo ao Governador do Estado para intervir junto às autoridades religiosas, no sentido de afastar o Bispo e padres da Diocese de Propriá. Por sua vez, sentindo-se ameaçado, D. José Brandão pediu à CNBB que fosse solicitada uma audiência com o Ministro da Justiça. Com o Ministro Abi-Ackel estiveram o Secretário-Geral da CNBB, D. Luciano Mendes, o professor Cândido Mendes de Almeida e D. José Brandão, que fizeram uma panorâmica do que se passa, em todo o Brasil, com relação a ameaças a bispos, religiosos e líderes camponeses. Segundo D. Brandão, "esses fatos parecem fazer parte de uma onda direitista, organizada e atuante, também, em outros setores da sociedade brasileira. Disse ainda o bispo sergipano que, "o caso ocorrido em nossa Diocese, especificamente na Igreja de Ilha das Flores e na Casa Paroquial, transcende os limites do Estado", frisou. (FSP — 10/08)

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS TOMA IMPORTANTES DECISÕES

Reunido, em Genebra, de 14 a 22 de agosto, o Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas, avaliou os seus diversos programas, avaliou aspectos críticos da situação mundial e traçou planos para os próximos anos.

Um dos temas mais discutidos foi o significado para as Igrejas de se tornarem realmente solidárias com os pobres. O documento preparado pela "Comissão para a Participação das Igrejas no Desenvolvimento" foi aprovado para ser enviado para debate, aprofundamento e adaptação pelas congregações locais. Todos os grupos confessionais estiveram de acordo, que a dramática situação de opressão e miséria em que vivem milhões de pessoas está a exigir das Igrejas atitudes corajosas e urgentes. O documento está traduzido em 8 línguas e foi publicado em português pelo CEDI.

Aprovou-se também o relatório do Consulta Mundial de Evangelização, realizado no último maio, em Melbourne, onde se aprofundou o conceito e o alcance da evangelização nos dias de hoje, sob a perspectiva da construção de um Novo Reino.

O Programa de Combate ao Racismo, que tem causado tanta polêmica, principalmente nos países ricos, foi amplamente ratificado. Condenou-se toda a forma de racismo, destacando-se o escândalo da situação dos negros na África do Sul e o

extermínio e opressão das populações indígenas na América Latina. Incentivou-se, mais uma vez, às Igrejas a boicotarem todos os grupos que investem na África do Sul, apoiando um governo que mantém a política do "apartheid".

Jesus Cristo, a vida do mundo

Grande parte da reunião foi dedicada à organização da 6ª Assembléia Geral. Foi definido como local a cidade de Vancouver, no Canadá, em julho de 1983. Traçou-se um plano de visitas às Igrejas locais para que o pensamento e a problemática de todos os grupos estivessem presentes na Assembléia. Resaltou-se que as Igrejas membros devem compor suas representações com uma porcentagem significativa de jovens, mulheres e leigos. Resolveu-se que a problemática central da Assembléia seria a questão da vida, num mundo ameaçado de guerras, de destruições e de tantos e sofisticados mecanismos de morte e de opressão. A dramática situação de miséria de milhões de pessoas, vivendo em condições sub-humanas, enquanto uma minoria esbanja riquezas e opulências esteve questionando o significado da vida que o mundo está construindo. A temática central da Assembléia será "Jesus Cristo, a Vida do Mundo".

A Igreja frente à grave situação mundial

Preocupou fortemente aos 300 componentes da reunião, representantes de todas as áreas do mundo,

a inquietante conjuntura política atual. A corrida armamentista, as graves ameaças à paz, as possibilidades de uma nova guerra atômica foram alvo de profundas discussões por parte de tão expressivo grupo de Igrejas. Aprovaram-se importantes declarações que serão enviadas às diversas confissões cristãs e aos governos dos distintos países, incluindo o pedido de uma moratória de 5 anos na implementação de projetos de energia nuclear. Repudiou-se o golpe militar na Bolívia como um desrespeito à vontade popular e a uma prática democrática; deplorou-se o assassinato de D. Romero e condenaram-se os constantes atos de violência cometidos contra o povo de El Salvador; negou-se a autoridade a Israel de unilateralmente tomar decisões sobre Jerusalém; assim como discutiram-se outras situações de violência no mundo. Apoiou-se fortemente todo o programa de defesa dos Direitos Humanos.

Um fato de muito júbilo foi a constatação do constante fortalecimento do Conselho, que aceitou o pedido de filiação de mais 5 Igrejas nacionais, que vieram a se unir aos luteranos, metodistas, batistas, pentecostais, congregacionais, presbiterianos, valdenses, anglicanos, ortodoxos, etc., representando mais de 100 países e 500 milhões de membros que já estão filiados oficialmente ao movimento ecumênico.

João Bittar



Os bispos do campo: Balduino, Casaldáliga, Grecchi e Celso Almeida.

ELEIÇÕES DIRETAS PARA REITORIA NA PUC/SP: UMA LIÇÃO DE DEMOCRACIA

A PUC de São Paulo viveu um momento inédito na vida das universidades brasileiras com a possibilidade da comunidade universitária indicar, através de voto direto, nomes para a lista de candidatos ao cargo de Reitor.

Esta importante experiência tem um significado especial no processo político que a sociedade brasileira atravessa, marcado por uma transição não muito definida e pela instabilidade sempre presente. O avanço no processo de democratização dessa Universidade representa um exemplo e um precedente para as outras instituições de ensino superior e mesmo para alguns segmentos da sociedade civil.

Todas e cada uma das universidades brasileiras, atravessam também um processo de transição onde a estrutura arcaica e autoritária de gestão dessas instituições começa a exigir e por vezes a dar lugar a novos procedimentos, verdadeiramente democráticos. A PUC apontou um caminho: a necessidade de se ampliar a prática pedagógica in-

cluindo a prática política como mais uma atividade, exigindo e incentivando o debate político, teórico e ideológico. Este espaço favorece e incentiva o florescimento intelectual.

Esta eleição da PUC por ser específica e inédita apresentou limites e riscos que a comunidade acadêmica soube assumir e superar. A universidade não só sobreviveu a este processo como cresceu com ele.

O resultado das eleições talvez seja extremamente revelador da vontade coletiva que começa a se afirmar na Universidade. Apesar de todo o descontentamento da comunidade diante da crise financeira que a PUC/SP atravessa, a atual reitora Prof^a Nadir Gouvea Khouri foi inquestionavelmente a vencedora. Isto demonstra que o conjunto das pessoas que compõe a PUC soube não responsabilizar a atual reitoria pelas profundas dificuldades financeiras. A eleição, que teve quase 100 candidatos votados se polarizou entre duas candidatas: a atual reitora e a Prof^a Haidée Roveratti coordenadora do curso de Estudos dos Problemas Brasileiros e com

um passado que a legitimava representante das forças obscurantistas da Universidade, isto, independente de sua vontade individual. A eleição teve um caráter de confronto entre diferentes ideais e concepções político-ideológicas. O resultado: vitória da democracia. A Prof^a Haidée não alcançou oitocentos votos e a Prof^a Nadir quase dez mil. O caráter plebiscitário da eleição foi uma forma de apoio da comunidade à candidata que de alguma forma sempre esteve empenhada na democratização da PUC.

A eleição suscita inúmeras questões que merecem uma reflexão cuidadosa. Mas logrou inaugurar um novo ciclo na história da PUC, que já se prepara para dar outros passos nesta longa caminhada em direção a uma Universidade democrática. O exercício da cidadania nas inúmeras instituições da sociedade civil poderá representar uma contribuição significativa na construção de uma sociedade mais justa. E com certeza uma resposta àqueles que impedem o país da prática da democracia arrancando de todos o direito à cidadania.

ANTES DA MISSA, PRISÕES

Cerca de 100 policiais sergipanos, armados com revólveres, cassetetes, metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo, atacaram fiéis que iam participar da missa promovida pela diocese de Propriá — na região do Baixo São Francisco, em Sergipe — em desagravo às pressões e ameaças de morte que o bispo local, D. José Brandão de Castro, e seus padres têm sofrido, segundo afirmam os religiosos, de fazendeiros e políticos do Estado. A ação policial — da qual faziam parte componentes do Batalhão de Trânsito, da polícia civil e da PM de Sergipe — resultou na prisão de seis lavradores — entre eles o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Patubá, Geraldo Pedro dos Santos —, no espancamento do deputado estadual Nelson Araújo, do PMDB — agredido a socos, pontapés e golpes de cassetete por um sargento e quatro soldados da PM — e na apreensão de dois ônibus, três caminhões e várias faixas conduzidas por passageiros de carros e trabalhadores rurais que se dirigiam a Propriá para participar da missa. Apesar de tudo isso, a missa foi realizada com a participação de 5 mil pessoas e a celebração a cargo dos bispos e arcebispos D. Hélder Câmara (PE), D. Tiago Postma (Garanhuns-PE), D. José Maria Pires (João Pessoa-PB), D. Antonio Frago (Crateús-CE), D. Edmilson Cruz (CE) e D. José Brandão de Castro (Propriá). (ESP — 19/08)

EVANGÉLICOS DA NICARÁGUA REAFIRMAM SEU APOIO À REVOLUÇÃO POR OCASIÃO DO SEU PRIMEIRO ANIVERSÁRIO

Nós, pastores, mulheres e jovens das Igrejas Evangélicas de Nicarágua nos reunimos no acampamento Monte das Oliveiras nos dias 21 a 25 de julho para orar, refletir e estudar a realidade histórica do nosso país e considerar as melhores formas de trabalhar no processo de transformação social, econômica, política e ética.

Reunidos no tempo em que nosso povo celebra o primeiro aniversário da Revolução Popular Sandinista a cuja festa nacional nos unimos e solidarizamos, saudamos este primeiro ano da Revolução felicitando o Governo da Reconstrução Nacional e a Direção Nacional da Frente Sandinista pela forma acertada e sábia com que vem orientando a gestão e o Programa do Governo. Consideramos que as profundas transformações que ocorreram durante este primeiro ano e os resultados alcançados em favor das maiorias do nosso povo, testemunham o grau de sacrifício, entrega e abnegação do povo e Governo.

Sabemos que as tarefas da reconstrução nacional são de grande magnitude e que os problemas materiais e éticos limitam em certo sentido o desenvolvimento da revolução. Consideramos, no entanto, que a reconstrução nacional é possível à medida que sejamos capazes de transformar as realidades do pecado, pobreza, desemprego, enfermidades e sectarismos em estados de honestidade, soberania, educação, independência econômica, saúde, fraternidade e igualdade social.

Afirmamos nosso compromisso com o povo trabalhador, com os operários, camponeses, os pobres e marginalizados. Desta maneira como cristãos buscamos seguir o exemplo de Jesus Cristo, que como pobre se entregou à luta pelos oprimidos e explorados do seu tempo e assim abriu o caminho da libertação, da paz e da igualdade social. Como parte do povo, assumimos com esperança a construção de uma nova sociedade justa onde seja gerada a paz, a fraternidade e o progresso social.

A Revolução Nicaraguense confere ao povo valores e direitos que devem ser conceituados e levados à prática mediante a autogestão popular e nacional. Entre estes valo-

res se encontra a tarefa de resgatar a dignidade do nicaraguense, do pobre, dignidade que se traduz nos esforços de um Plano de Reativação Econômica, a Organização Popular e a Ordem Jurídica do País e seus programas, entre os quais se destacam: a Cruzada de Alfabetização Nacional, a Reforma Agrária, a Saúde.

Apoiamos este processo revolucionário que reivindica as grandes maiorias pobres e marginalizadas do nosso país, na segurança de que o Senhor da história continue abençoando a Revolução.

Solidarizamos-nos com os povos do mundo que lutam pela sua libertação e primordialmente com o povo irmão salvadoreño.

Denunciamos o golpe militar na Bolívia e a repressão que corta as ânsias de liberdade do povo boliviano.

Chamamos a nossos irmãos e irmãs a continuar trabalhando pela unidade da Igreja e do povo e a viver na prática e ensinamentos do Evangelho do Senhor Jesus. Saudando a todos subscrevemo-nos na comum esperança do Cristo.

"Bem-aventurada a nação cujo Deus é o Senhor"... (Sl 33.12)

POSSEIROS DECIDEM RESISTIR ÀS AMEAÇAS

Aproximadamente 800 posseiros da Fazenda Santa Madalena, em Wenceslau Brás — a 250 quilômetros de Londrina — reunidos, decidiram não abandonar as terras e resistir às ameaças de morte, incêndios de ranchos e destruição de lavouras, feitas pela família Maluf, que se diz proprietária da fazenda (com quase mil alqueires). Os posseiros, que pedem a intervenção do governo para desapropriar as terras em conflito, cultivam a área há 40 anos, e agora, a família Maluf quer expulsá-los, com a ação de jagunços armados. (ESP — 02/09)

BISPO DENUNCIA VIOLÊNCIAS NO BAIXO SÃO FRANCISCO

O bispo de Propriá, D. José Brandão, denunciou ao Ministro da Justiça, o clima de tensão e conflitos existente no Baixo São Francisco — onde, segundo ele, ocorreram 36 assassinios em 1979 e mais de 10 neste ano, sem que os culpados tenham sido punidos — revelou ontem, em Brasília, que a resposta do Ministro foi a seguinte: "Que a Igreja nos ajude a punir os culpados, trazendo sempre informações". D. José Brandão informou também que ele mesmo está sob ameaça — sua diocese foi invadida três vezes e, no dia 30/7/80, recebeu uma carta dizendo que "o conflito vai alastrar-se e o pior é que V. Exa. está na mira principal". Na Capital Federal, D. José Brandão, referindo-se aos atentados praticados no Baixo São Francisco, disse que, ao permanecerem impunes, podem estar alimentando outros. E ressaltou que "quando se trata de terrorismo anônimo deve ser realmente difícil punir os culpados mas, quando já se sabe de onde partem, os grupos deveriam ser chamados e advertidos". (ESP — 08/08)

BISPO ACHA QUE PADRE ARGENTINO FOI SEQUESTRADO PELA POLÍCIA

O Bispo de Cuernavaca, D. Sérgio Arceo, afirma que o Padre Adur foi seqüestrado por forças policiais da Argentina e do Brasil. O Padre Adur estava sendo procurado pela Polícia argentina através da Interpol, acusado de atividades subversivas. O religioso chegou a Porto Alegre a 27 de junho, de manhã, e permaneceu pelo menos até o dia 2 de julho — data de uma carta que colocou no correio da Capital gaúcha dirigida ao Padre Rafael, no México. O sacerdote argentino deveria ter voltado a Paris, para o Instituto Lebre, onde trabalhava, no dia 14 de julho. A carta que enviou ao Padre Rafael é considerada pelos companheiros uma "carta cega", isto é nada diz de concreto e serve, apenas, para confirmar que ele havia chegado em determinado local. Uma espécie de esquema de segurança utilizado por ele, que pertencia à Congregação dos Agostinianos de Assunção. (JB — 23/08)

IGREJA CONSEGUE INQUÉRITO SOBRE TERRAS DE TRINDADE

A Igreja Reformada Holandesa denunciou em seu país as pressões que a multinacional Parati Desenvolvimento Territorial Ltda. vem fazendo desde 1972 contra os posseiros de Trindade, no sentido de expulsá-los daquela praia do Litoral Sul fluminense, a 22 quilômetros do centro urbano de Parati, e conseguiu que se instaurasse uma comissão de investigação para apurar a situação dos moradores da área. (ESP — 07/09)

PASTOR METODISTA SEQUESTRADO

O Conselho Mundial das Igrejas denunciou o seqüestro do pastor metodista Mortimer Arias, ocorrido dia 26/8/80 em Cochabamba, na Bolívia, no mesmo dia em que Arias retornou de São Paulo àquele país. O pastor foi detido por civis fortemente armados que ocupavam uma ambulância, numa repetição dos métodos que vêm sendo empregados para a repressão na Bolívia, após o golpe de Estado de 17 de julho. A denúncia foi feita por Charles Harper, secretário de Direitos Humanos para a América Latina do CMI, ao reverendo Jaime Wright, que, por sua vez, transmitiu à imprensa o temor de que Arias seja morto, em face de sua contínua pregação pelos direitos humanos e pelo fato de ser uruguaio (teve que abandonar o Uruguai também sob perseguição). Arias estava em São Paulo, dando aulas no Instituto Metodista de Ensino Superior em Rudge Ramos, quando ocorreu o golpe na Bolívia.

POSSEIROS SÃO PRESOS EM PROPRIÁ

Cinco posseiros foram presos no centro da cidade de Propriá, Sergipe, quando se dirigiam à igreja-matriz para assistir à missa de solidariedade e denúncia à repressão que está sofrendo a Igreja naquela área, segundo informou o diretor do Centro de Estudos e Ação Social, Padre Cláudio Perani. (JB — 18/08)

D. TOMÁS DIZ QUE FUNAI FRACASSA

O bispo de Goiás Velho e vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), D. Tomás Balduino, disse que as trinta entidades de defesa dos índios que se reuniram em Brasília dias 23/24/80 concluíram que a política indigenista brasileira, posta em prática pela FUNAI, está falida e necessita de uma alternativa. Essa alternativa, segundo D. Tomás Balduino, poderá ser oferecida pelas próprias entidades indigenistas, cujas atividades — segundo decisão do encontro — passarão a ser coordenadas por uma secretaria-geral que será criada em Brasília. O vice-presidente do Cimi ressaltou a sua oposição à "política elaborada nos gabinetes da FUNAI e do Ministério do Interior" e criticou principalmente a proposta da "estadualização" que, no seu entender, "é um sucedâneo da falta de emancipação". Ao defender uma nova política indígena, ele exortou a participação de toda a opinião pública, "não só os letrados, mas as bases", e apontou a necessidade de maior conscientização dos parlamentares para o encaminhamento da questão pela via legislativa. De acordo com decisão do encontro de Brasília, a Semana do Índio em 1981 terá como tema a "Luta pela Autodeterminação dos Povos Indígenas". (ESP — 26/08)

II ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL URBANA

Nos dias 2 a 4 de setembro de 1980, realizou-se em Itaici, SP, o Segundo Encontro Nacional de Pastoral Urbana onde se analisou a realidade das Comunidades Eclesiais de Base e seu papel evangelizado na Pastoral Urbana. Reafirmou-se que a missão da Igreja é evangelizar a realidade urbana capitalista tendo como referência a condição concreta dos pobres em marginalizados.

Para isto, afirmaram, é necessário conhecer a realidade, compreendê-la para transformá-la; e reorientar a programação dos recursos humanos e materiais tendo em vista a Pastoral Popular.

Para os participantes a participação popular é fundamental à medida que é o próprio povo que deve ser sujeito das transformações, e a Igreja deve colocar-se a serviço destas camadas populares que começam a se mobilizar e se organizar. O encontro não teve votação deliberativa. Suas conclusões foram ricas sobretudo a de que a Igreja Popular somente será efetivada com o constante exercício da Justiça Social.

TRIBUNAL INTERNACIONAL VAI JULGAR CRIMES CONTRA POVOS INDÍGENAS NAS AMÉRICAS

Em novembro deste ano estará reunida na Holanda a quarta sessão do Tribunal Bertrand Russel, desta vez para julgar crimes contra os direitos dos povos indígenas da América Latina e América do Norte. Será um momento de grande mobilização da opinião pública internacional e durante sete dias serão levados a julgamento cerca de 15 casos concretos; representativos das diferentes situações vividas por milhões de indígenas nas Américas.

O Tribunal Bertrand Russel se reuniu pela primeira vez em Londres, para examinar os crimes cometidos contra o povo do Vietnã durante a guerra da Indochina. Na Segunda vez, o Tribunal examinou em Roma a tortura na América Latina e, na última reuniu-se na Alemanha para julgar a ação do Exército inglês na Irlanda do Norte, na guerra entre católicos e protestantes.

Desta vez o júri deverá ser formado pelos escritores Gabriel Garcia Marques e Eduardo Galeano, pelos antropólogos Robert Joulin (França), Bonfil Bataglia (México) e Darcy Ribeiro (Brasil).

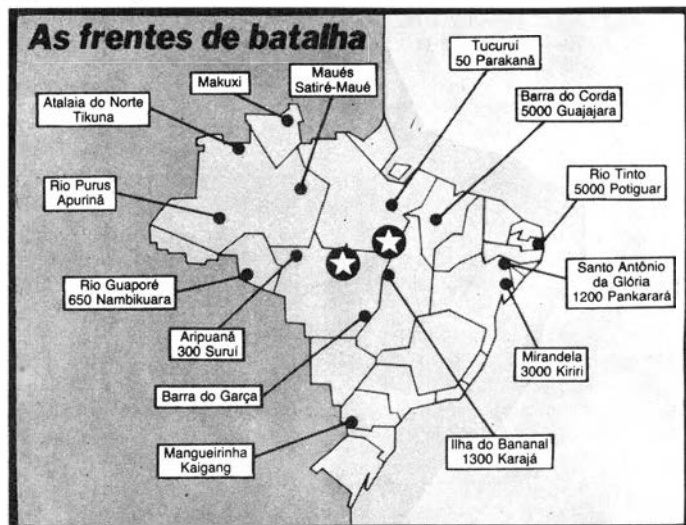
Ainda não se sabe ao certo quais os casos que serão levados a julgamento. Do Brasil já foram enviados relatos e documentação a respeito da **área indígena de Manguelirinha** (PR), onde os Kaingang e Guarani lutam por recuperar terras que lhes foram expropriadas por grupos econômicos com auxílio do Estado, a exemplo de dezenas de outros grupos indígenas em área de contato mais antigo. As **missões salesianas do Alto Rio Negro** (AM) também estão sendo acusadas de etnocídio secular por sua "obra civilizadora" contra os povos daquela região. A política da FUNAI é o principal alvo da história recente dos **Waimiri-Atroari** (PR). Os **Nambikuara** (RO) ameaçados pela construção de uma variante da BR-364 e os **Yanomani** (RR e AM) que ainda não conseguiram a decretação de um Parque extenso e contínuo que os proteja da ação dos grupos econômicos interessados nas riquezas minerais de seu território, completam a lista por enquanto.

Maiores informações sobre o andamento e funcionamento do Tribunal podem ser obtidas escrevendo-se para Foundation Indian Project, Postbox 51322, 1007, EH Amsterdam, Holanda.

Carlos Alberto Ricardo

(1) a nação Kayapó, no século passado, contava mais de 100 mil. Hoje, está reduzida a 2.200 índios assim distribuídos: Xikrin do Pacajá (183), Xikrin do Cateté (240), Kokraimoro (181), Kubenkanfren em duas aldeias (384), Gorotire do posto indígena Gorotire (527), Gorotire do Kikretun (100), Mekranoti em duas aldeias (377) e Txukaramãe em duas aldeias (268).

Mas as invasões não param aí. O território Gorotire é rico não só em minérios, mas também em madeiras e terras roxas. Há um verdadeiro cerco à reserva: ao norte pelo projeto de colonização da Andrade Gutierrez (400 mil ha). Ao sul está a fazenda Rio Dourado da Volkswagen, Bradesco, Frigorífico Atlas (alemão) e outros grupos, com 160 mil hectares. A oeste, o Instituto de Terras do Pará loteou mais de 500 mil ha. A fronteira leste, onde ocorreu o conflito, médios empre-



★ Além das regiões habitadas pelos Txucarramãe, no norte de Mato Grosso, e pelos Gorotire no sul do Pará, existem outras 14 áreas em que ocorrem conflitos entre brancos e índios

sários e madeireiros pouco a pouco foram se instalando, documentos em punho fornecidos pela própria FUNAI de que não havia índios na área. Há dois meses alguns fazendeiros foram expulsos pelos Gorotire. Mas os invasores voltaram com 600 homens e reiniciaram os desmatamentos. Correu na região que o proprietário da Fazenda Espadilha traria 1.800 homens a mais. Irritados e inseguros, os chefes Canhoco e Totoí comandaram a expedição de inspeção à fronteira leste. Na sede da fazenda Espadilha abordaram alguns trabalhadores. Conforme as várias versões dadas pela imprensa e assumidas pelos índios, houve saques, pedidos de informações sobre os desmatamentos e a tentativa de cortar o cabelo de um trabalhador. Cenas aliás bastante comuns em períodos de tensão na relação dos grupos Kayapó com brasileiros da região. Acontece que esses empregados eram novatos, vindos de outras paragens, sem costume de lidar com esses índios. Falaram grosso e agrediram com faca e machado. Foi o estopim para a violência dos jovens Txukaramãe, aparentemente sem precedentes. Uma geração de guerreiros que até agora não participava de nenhum ataque, mas que todas as noites, na aldeia, escuta longos discursos dos mais velhos a respeito dos massacres que os brancos fizeram contra os Kayapó no passado.

A paciência dos Xikrin está nos limites. Até agora eles têm convidado os invasores a se retirarem, entregando-os à FUNAI. A morosidade com que as invasões são tratadas pelo órgão oficial só interessa aos invasores e podem levar mais esse grupo Kayapó a recrudescer suas ações.

O futuro do Brasil com índios: questão de democracia

Desse quadro lamentável de violências resulta pelo menos uma lição muito clara, apontada pelos próprios Kayapó e pela maioria dos povos indígenas que vivem no Brasil hoje, com o apoio de setores significativos da opinião pública: é preciso demarcar os territórios indígenas de acordo com os interesses dos próprios índios e garantir sua inviolabilidade. Não se trata de "confinar" os índios em reservas zoológicas, como muitas vezes alegam os inimigos dos índios, com o intuito de desprestigiar as demarcações. Trata-se de reconhecer aos índios, a cada povo, um direito pelo qual eles vêm lutando: territórios

coletivos, extremos, contínuos e inalienáveis. Bases seguras a partir das quais esses povos possam equacionar seus futuros, reproduzindo seus modos de ser e elaborando suas relações com a sociedade nacional brasileira.

Mas essa lição parece que não consta da cartilha do Governo. O ministro do Interior mostrou-se surpreso e desinformado! O presidente da FUNAI aproveitou a violência praticada pelos Kayapó para lançar um brado revanchista contra todos os povos indígenas do Brasil:

Animados pela irresponsabilidade do presidente da FUNAI os jornais O ESTADO DE SÃO PAULO e JORNAL DA TARDE abriram o espaço nobre dos seus editoriais nas edições de 4 e 9 de setembro. Radicalizaram o revanchismo contra os índios tentando induzir os leitores, apoiados em argumentos de incrível má fé, a concordarem com a seguinte tese: as violências dos Kayapó demonstram que os índios descobriram a impunidade. Isto é, já que matar branco não dá cadeia, a solução indígena é sair por aí distribuindo tiros e bordu-

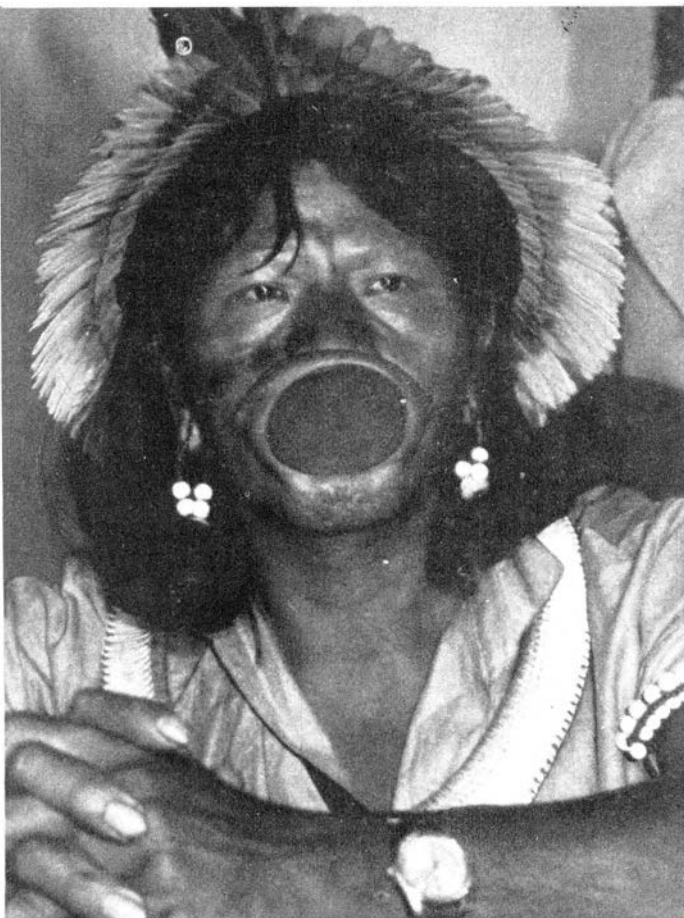
mento das alternativas pacíficas locais, como um grito de alerta diante da situação de insegurança e violência que vive toda aquela região do país, não só para os índios.

As medidas anunciadas pelo Governo, até prova em contrário, não passam de velhas promessas: vigiar as áreas indígenas conflituadas com satélite e providenciar demarcações urgentes. Sairão essas demarcações? Serão feitas de acordo com os interesses de cada povo indígena em particular? E os territórios que porventura forem demarcados serão respeitados? Ou tudo vai ficar como sempre? Promessas localizadas nos momentos de conflitos, impunidade total para os que violam sistematicamente os direitos dos povos indígenas invadindo seus territórios, assassinando seus líderes e tudo mais.

Talvez até saia alguma demarcação, mas a maneira pela qual o Governo equacionou o conflito entre os Kayapó e os fazendeiros da região tem sérios limites. De acordo com a velha conduta de regime autoritário a questão indígena também alcançou para o Governo o status de "segurança nacional". Depois de reunião sigilosa em Brasília com o presidente da FUNAI e representantes do Conselho de Segurança Nacional e do SNI, o Ministro Andreazza anunciou a ação conjunta desses órgãos para prevenir situações, antes que novos conflitos acabem por surpreender a opinião pública nacional e internacional e revelar a extensão e gravidade reais das situações dos territórios indígenas. Preocupado em salvar sua imagem (!?) nesse ano em que os crimes contra índios das Américas vão a julgamento na Holanda pelo Tribunal Russel, o regime mal pode esconder sua incapacidade estrutural de lidar, respeitar e conviver com os povos indígenas.

Mas talvez haja muito mais gente por aí pensando que com os índios não há outra coisa a fazer senão temporizar. Muita gente é até simpática aos índios que *ainda* existem no Brasil. Acontece que o exemplo dos Kayapó, hoje finalmente uma nação em fase de recuperação demográfica, aponta em outra direção: vários povos indígenas estão lutando por seus direitos. Ainda que transformando-se, anunciam que estão aí para ficar, como povos distintos, vivendo no Brasil. Isso exige de todos nós reflexão, diplomacia, apoio aos indígenas e, sobretudo, a conquista da democracia.

Carlos Namba



Raoni

"vamos congelar as reservas!" Isto significa não reconhecer aos índios direitos de recuperarem territórios que lhes foram expropriados, em situações de áreas na maioria não demarcadas, invadidas ou ameaçadas. Respeitar esses direitos, diriam alguns, no limite seria devolver aos índios todas as terras que hoje chamamos Brasil. Isso é mais uma maneira de evitar as exigências do presente: povos indígenas concretos, cada qual com seu nome e seu modo de vida, vivendo no Brasil de hoje querem territórios definidos e adequados aos seus interesses.

nadas. Não há espaço aqui para rebater ponto por ponto esses editoriais. Mas gostaria de chamar atenção para o fato de que o Estado quer transformar também a questão indígena em caso de polícia! Afirma que o fato dos índios no Brasil não gozarem da cidadania plena juridicamente tornou-os uns privilegiados irresponsáveis. Nada mais absurdo. Os Kayapó não querem matar. Querem os seus direitos, querem a demarcação e inviolabilidade do seu território. A violência que utilizaram deve ser compreendida como um recurso extremo numa situação de esgota-



VIOLÊNCIA NO NORTE DE GOIÁS

Nos dias 24 e 25 de julho de 1980, três grupos de lavradores, posseiros antigos que trabalham em mutirão foram atacados por dezoito policiais, um oficial de justiça, um tenente e os grileiros, todos muito armados com fuzis e metralhadoras. Atacaram os povoados de Sumauna, Centro dos Maltos e Buriti, nos municípios de Sítio Novo e Araguatins.

Em dois povoados, chegaram antes de clarear o dia, 4 horas da manhã. Invadiram casas, prenderam os posseiros, despejaram de suas residências, humilharam homens, mulheres e crianças, queimaram casas, proibiram de continuar trabalhando na terra, acusaram de invasores, tomaram ferros, foices de trabalho e espingardas de caça, obrigaram assinar um mandado liminar de manutenção de posse a favor dos grileiros, a mando do Juiz de Araguaína, João Batista de Castro Neto, um dos maiores grileiros da região.

Os grileiros que acompanharam e participaram dos ataques são: José Ferreira, de São Paulo, Denerval Rodrigues da Cunha Filho, de Araguari, Minas Gerais.

Entre as humilhações que o povo sofreu, se destaca a seguinte, pronunciada pelo soldado Celcimar, na praça de Sumauna: "O governo não precisa dos pobres, precisa dos ricos que têm dinheiro e vocês pobres não têm".

E respondeu um lavrador: "O que é que come o governo, não come arroiz como nós?"

Com esta nova seção pretendemos abrir um espaço para cartas de denúncia de situações que ferem os direitos humanos e que, por várias razões, não são publicadas na grande imprensa. É uma maneira de nos colocarmos a serviço das comunidades das Igrejas que enfrentam tensões e desafios na prática da sua pastoral.

Saibam que este espaço pertence a vocês, nossos amigos e companheiros. Escrevam-nos e ponham a boca no mundo....

IMPERATRIZ

As 60 famílias que habitam há mais de vinte anos o povoado do Dr. Pinto, no Trecho Seco, município de Imperatriz — MA estão sendo ameaçados de expulsão e de ter suas roças destruídas pelo grileiro Aurelino Santana.

O povoado localizado à margem da rodovia Belém—Brasília pertence à jurisdição do INCRA, agora GETAT, sediado em Açailândia. E foi ali que os posseiros já andaram inúmeras vezes em busca de uma explicação para o fato, sem contudo obterem qualquer medida concreta para a resolução do problema, que se vem desenrolando desde 1973.

— Lá no GETAT eles só sabem dizer que o documento do Aurelino é quente, mas a terra nunca foi demarcada. Nunca andou por aqui um agrimensor, disse um dos lavradores.

E foi de tanto andar de Açailândia a Imperatriz sem conseguir nenhuma justificativa ou solução, que os lavradores deixaram de procurar as "autoridades" e resolveram eles mesmos discutir quais as atitudes a serem tomadas diante das ameaças e da intimidação feita pelo advogado Francisco de Carvalho Silva Gueiros, que veio da cidade de Garanhuns em Pernambuco para entrevistar os posseiros em Imperatriz.

— Nós não vamos mais no GETAT, não, disse seu Raimundo. Eles disseram no dia 22 de julho, que não podiam fazer nada, e o Dr. Acir, advogado do GETAT de Açailândia disse que se ele fosse advogado do grileiro, o Aurelino não perdia essa causa de jeito nenhum.

— Agora a gente vai é se organizar para poder enfrentar qualquer um que vier nos apearrear, garantiu Arlindo. Só mesmo os lavradores unidos e organizados no mutirão ou no sindicato é que iremos pôr fim a essa situação.

E de acordo com esse pensamento é que os lavradores realizaram uma reunião com representantes da CPT, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz e Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos também de Imperatriz, no dia 29 do mês passado, quando se discutiu com maior profundidade o problema.

Na reunião os lavradores decidiram não comparecer ao chamado do advogado e não assinar qualquer documento que por lá aparecer.

— Ninguém quer falar com advogado não, disse dona Maria, estamos querendo é arrumar o pão de cada dia para dar a nossos filhos.

Os posseiros do povoado Dr. Pinto além de enfrentar o desassossego promovido pelo grileiro, ainda enfrentam outro problema: um dos lavradores, que é até sindicalizado, está do lado do grileiro. Ele é o espião, participa das reuniões e depois vai contar tudo para o Anibal, que é o capanga do Aurelino.

Essa questão também foi muito debatida na reunião e os lavradores concluíram que ainda existem muitos trabalhadores, que têm idéia de patrão.

BELA VISTA

10 de setembro de 1980

Caros Companheiros do Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Venho por meio desta comunicar e agradecer a vocês pelo boletim Aconteceu que vocês estão me mandando. Isto para mim e os companheiros daqui está sendo muito bom porque estamos acompanhando através do mesmo as notícias das lutas que estão acontecendo. Eu, no momento, estou parado porque fiquei doente e fui obrigado a fazer uma operação e isto me obrigou a parar por causa do repouso porque a operação foi muito fina mas espero que isto passe logo para que a gente possa voltar para lutar.

Como eu estou parado e o que faço é ler e passar pros companheiros que me visitam aquilo que está acontecendo, eu gostaria de pedir a vocês que continuem mandando para mim as publicações que vocês tiver condições e junto manda também a maneira que nós daqui podemos colaborar com vocês, tá?

Um abraço a todos da equipe

Antonio Alonso da Silva

Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista Goiás.

O Reencontro com a Educação Popular

Carlos Rodrigues Brandão

De algum modo a história dos livros de um assunto conta, através da simples leitura dos seus títulos, a história do assunto de que os livros tratam. Aqui no Brasil os primeiros escritos sobre a **Educação Popular** foram textos de descoberta, de muitas reinvenções de idéias, teorias, métodos e sistemas. Foram também livros que apontavam para a prática pedagógica. Para os sinais de uma nova prática que, por sua vez, apontava para novos tempos. Foram, mais do que tudo, manuais de militância política através da educação. Eles fizeram a crítica ao mesmo tempo lúcida e furiosa de todo o trabalho anterior vigente no Brasil. Eles trouxeram também não só outros nomes, ou velhos nomes redescobertos — "liberdade", "compromisso", "povo", "educação popular", "cultura popular", "conscientização" — como também recriaram propostas políticas e pedagógicas para todo o trabalho do educador.

"Reinventar a educação" é uma expressão muito cara a Paulo Freire e seus companheiros de exílio, e é quem melhor traduz tudo o que aquele tempo, entre 1960 e 1964 — às vezes quase 68 — foi. Os próprios títulos dos escritos de Paulo Freire sugerem esta educação reinventada, não só em seus métodos e recursos pedagógicos, mas em seus usos políticos e projetos sociais: **Educação como Prática da Liberdade, Pedagogia do Oprimido**. Junte-se a isso todo o repertório de outros pequenos livros, artigos e volantes que circularam por toda parte, naquele que foi o período mais fértil em idéias e práticas de educação no país.

Depois de 1964, principalmente depois de 1968 — quando a tarde enevoada se fez noite escura — desapareceram aqueles textos, livros e artigos. Em parte porque alguns dos seus próprios autores e praticantes desapareceram também: mortos, presos, silenciados ou exilados. Em parte porque as práticas de Educação Popular de que eles falavam foram proibidas com fúria e baixaram para as catacumbas, reaparecendo com vida, então, através do trabalho sobretudo de alguns padres e leigos da Igreja Católica. E, como quando não se pode fazer a prática se escreve a teoria da prática proibida, quase todos os escritos sobre o assunto, a partir de 1968, foram

teses sobre a história passada da Educação Popular, Teses que viraram livros de que cito quatro exemplos: **Educação Popular e Educação de Adultos — Contribuição à história da educação brasileira**, de Vanilda Pereira Laiva (Loyola, 1973); **Estado e Educação Popular — Um estudo sobre a Educação de Adultos**, de Celso de Rui Beisiegel (Pioneira, 1974); **Rádio Educativa no Brasil — um estudo**, equipe do CNRH/IPEA (IPEA, 1976); **Política: Educação Popular**, de Sílvia Maria Manfredi (Símbolo, 1978).

Então, aos poucos, as coisas começam a acontecer às avessas. Educadores brasileiros, exilados ou viajantes, exportam para outros países da América Latina, para a Europa e, mais tarde, para a África, idéias e métodos de Educação Popular proibida no Brasil, enquanto por aqui se reconta, no vazio da prática, a história de como ela foi, quando existiu. Educadores e cientistas sociais chegam ao Brasil em busca dos dados daquele tempo. Emanuel de Kadt vem da Inglaterra em busca do Movimento de Educação de Base, sobre quem escreve o seu **Catholic Radicals in Brazil** (Oxford Univ. Press, 1970). Paulo Freire tanto reinventa porções da educação no Chile, na Europa e na África, sobretudo depois que, com outros brasileiros, cria o IDAC — Instituto de Desenvolvimento e Ação Cultural, em Genebra, quanto vira um dos educadores mais estudados na Europa e nos Estados Unidos da América em todos os tempos.

Durante muitos anos os escritos sobre a prática da Educação Popular circulam no Brasil sob a forma de pequenos documentos mimeografados que ajudam a manter, vivas, algumas experiências de setores de vanguarda da Igreja e do estudantado brasileiro.

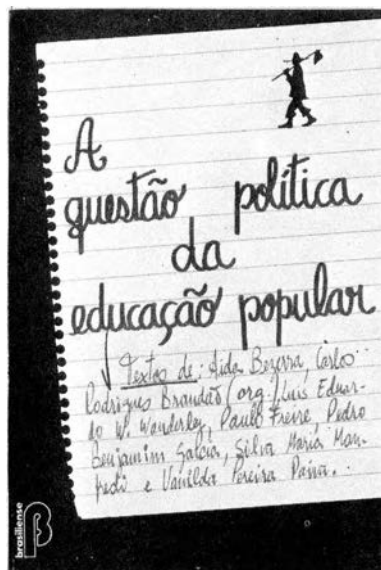
Hoje há, no entanto, um reencontro com a Educação Popular. Ela volta a ser assunto obrigatório em qualquer Simpósio, Congresso ou coisa semelhante que reúna educadores, cientistas e militantes em qualquer canto do país. Mais do que isso, ao lado dos livros que continuam publicando as teses sobre as experiências passadas, ressurgem de um momento para o outro os livros de Educação Popular que, de novo,



pensam a sua prática concreta no Brasil de agora. Falo aqui de três destes livros, todos eles publicados durante o mês de julho deste ano: **Educação Popular e Conscientização**, de Júlio Barreiro, publicado pela Vozes; **Vivendo e Aprendendo**, da equipe do IDAC, publicado pela Brasiliense; **A Questão Política da Educação Popular**, com artigos de sete autores e publicado também pela Brasiliense.

O livro do militante e educador uruguaio Julio Barreiro — **Educação Popular e Conscientização**, foi o resultado de alguns anos de trabalho em que uma equipe de brasileiros do, hoje, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), junto com alguns latino-americanos, treinou grupos de educadores populares por inúmeros países da América Latina. Da experiência saíram, primeiro, textos mimeografados que percorreram o continente. Saiu depois o livro, publicado em 1974, pela Siglo XXI da Argentina. Em novembro de 1974 o livro já estava em sua 2ª edição. A Argentina de depois do golpe militar apreendeu e destruiu uma edição e, hoje, publicado pela mesma editora no México, o livro está na 7ª edição.

Trata-se de uma revisão de tendências da Educação Popular, de uma reflexão sociológica das idéias de Paulo Freire e, finalmente, de uma proposta de educação popular como um instrumento político, através da educação, de participação no processo de formação da consciência de classe. Ao longo destes anos ele é um dos poucos livros que se soma aos de Paulo Freire e a mais alguns outros, raros, na discussão concreta da prática da Educação Popular.



Vivendo e Aprendendo, escrito (e desenhado magistralmente) por Paulo Freire, Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira, e por Claudius Ceccon, é uma espécie de relato, ao mesmo tempo crítico e comovido, de algumas das experiências que a equipe do IDAC viveu durante os anos de exílio, entre trabalhos de Educação Popular na Europa e na África. Os quatro juntos relatam o que foi "a trajetória de dez anos do IDAC". Em **Conhecer para Transformar**, Miguel Darcy de Oliveira dá conta de explicar uma experiência de grande importância com operários italianos. Rosiska Darcy de Oliveira relata em **As Mulheres em Movimento**, os trabalhos com grupos femininos na Suíça. Claudius Ceccon conta em **Com Humor**, como é possível associar o trabalho com o desenho e a graça, ao círculo só aparentemente circunscrito dos trabalhos de conscientização popular. Quem leu as **Cartas de Guiné-Bissau** encontrará em **Aprender para Viver Melhor**, do casal Miguel e Rosiska Darcy de Oliveira, o relato dos pontos mais importantes dos serviços que a equipe do IDAC realizou por lá. O pequeno texto **A Reinvenção da Educação** escrito por Miguel e Rosiska, uma vez mais, faz um excelente fecho deste livro que, ao mesmo tempo, marca o retorno destes educadores cujas idéias e cuja experiência de educadores nos é indispensável agora, e, na vida de todos eles, o fecho de uma etapa a mais de vida e de trabalho, que a todos nós enriquece muito conhecer.

A Questão Política da Educação Popular ocupa com um atraso de anos um vazio incompreensível. O livro reúne artigos atuais de sete educadores que, desde muito tempo, têm pensado, escrito e trabalhado com a Educação Popular.

Em conjunto, os escritos de Aida Bezerra, Luis Eduardo Wanderley, Paulo Freire, Pedro Benjamim Garcia, Sil Manfredi, Vanilda Pereira Paiva e o meu, discutem os fundamentos da própria Educação Popular, ao tomá-la do ponto de vista em que ela — por oposição a todas as formas descompromissadas de "educação de adultos" — define esta própria prática. Ou seja, a partir da crítica política dos usos da educação e da proposta da Educação Popular como um trabalho político a serviço dos movimentos e lutas populares atuais. Isto é, uma educação colocada não *sobre* o povo, mas a seu serviço. Discutir como isto é possível, quando e sob que formas de compromisso, é tudo o que os autores procuram fazer.

Na verdade, isto parece ser o que os três livros — todos eles saídos de práticas e com propósitos de serem um pensar que volta a elas — têm a dizer. E não é outra a razão pela qual precisam ser lidos por toda a gente para quem as questões discutidas ali são também as de suas próprias vidas ou, se quisermos, as de suas práticas de educadores e militantes.

Falaram

A impunidade, o silêncio sobre a investigação (caso Dallari) e a falta absoluta de conclusões fazem com que as pessoas que praticaram o atentado se sintam resguardadas.

D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo/SP

Se fosse obra da esquerda, o Governo já teria mobilizado todo um aparato repressivo para resolver o problema.

Luis Inácio da Silva, Lula, presidente nacional do PT.

A reforma agrária, no Brasil, não daria certo, porque em cada pedaço de terra distribuído a um brasileiro teriam que ser colocados dois japoneses, e não haveria onde arranjar 220 milhões de japoneses.

Atribuída a Delfim Neto, ministro da Agricultura, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag, 3/4/79.

O povo não acredita nas autoridades de tantos escândalos de corrupção.

Hebe Camargo, artista.

É uma abertura política dentro de uma camisa de força.

Padre José Oscar Beozzo, diretor do Instituto Teológico de Lins.

A abertura parou.

Raimundo Faoro, ex-presidente da OAB.

Ou os políticos se reinventam, ou serão chutados da História.

Paulo Freire, professor.

É preciso restabelecer a verdade do sistema capitalista: o negócio é ter lucro.

Luis Eulálio Bueno Vidigal Filho, novo presidente da FIESP.



Milton Schwantes

Testemunho e Vivência: Tarefas Ecumênicas

Esta palestra foi apresentada no Seminário Ecumênico
Católico-luterano, em São Leopoldo (RS)

Início com o agradecimento. Agradeço por poder participar deste encontro católico-luterano. Por ser ecumênico está, de princípio, tentando descobrir as novidades que o Senhor realiza em nossos dias. Está no caminho de uma nova Igreja. Fico contente por poder participar desta procura, que estamos ensaiando. Ainda não estamos lá, no alvo. Penso que quanto mais pessoas forem participando desta caminhada tanto mais verdadeira vai-se tornando a procura. Acho que as coisas ainda andam muito concentradas, muito elevadas, muito religiosas. Por isso trago comigo o anseio por portas mais abertas, por uma procura mais ampla, na qual mais pessoas possam assumir o direito de participar. Com essas palavras já indico a direção, em que vão minhas palavras. Daí porque passo logo ao ponto de partida.

Parto de Isaías. Pelo ano 710 antes de Cristo este visionário Isaías, chamado de profeta pela tradição, anda três anos nu e descalço pelas ruelas de Jerusalém. É um sinal sobre a deportação dos egípcios e etíopes, potências mundiais da época (Isaías 20). Este visionário Isaías, nu e descalço nas ruelas de Jerusalém por três anos, é o desafio para o testemunho e a vivência da igreja ecumênica.

Por que isso é desafio?

É que nesta situação o debate sobre a relação entre testemunho e vivência, entre teoria e prática, está em crise, está indo para o fim. Diante do *sinal* não dá para procurar

estabelecer uma relação entre testemunho e vivência. O sinal incorpora a articulação oral: o poder internacional dos egípcios não é de confiança. O sinal incorpora uma prática: os egípcios serão derrotados, deportados. O sinal incorpora palavra e ação e, além disso, corporifica, realiza ambos. Pois o visionário Isaías, por três anos, é a realidade assinada. O sinal liquida teoria e prática. Transcende-as. De que maneira?

Pergunto de novo: Por que esse sinal é desafio?

É que ele é *vida*. E esta não dá para se captar em articulação ou ação. Pressinto que o sinal transcende a ambos. Na palavra pode faltar a carne. Na ação pode faltar o verbo, para dizê-lo com os olhos voltados para João 1.14. Palavras podem ter que viver de si mesmas. Ações podem ter que morrer em si mesmas. O sinal está na vida do visionário Isaías. Ao descrevê-lo o estamos traduzindo para termos de ação, de palavra. Só que nesta tradução necessariamente há distorção, diminuição. O sinal vivido é amplo. O todo da realidade é o que faz o sinal, o símbolo. E é a partir desta perspectiva que deixo de querer descrever os conceitos colocados pelo tema: "testemunho e vivência: tarefas ecumênicas". Neles vejo anotadas semelhanças com o que estou procurando descobrir. Mas, talvez, conceitos não sejam característicos para a nova igreja. Por isso continuo perscrutando o sinal do visionário Isaías.

Por que mais ele é desafio?

É que o consenso restrito às questões de religião deixa de ser suficiente. A convergência ecumênica não pode ser restrita a certo tipo de assuntos. Enquanto os assuntos são “O Evangelho e a Igreja”, “Evangelho e Tradição”, “O Evangelho e o Mundo”, “O Evangelho e o Ministério Eclesial”, “O Evangelho e a Unidade da Igreja” o consenso neles alcançado pode ser designado de religioso. Está sendo delimitado a áreas predispostas a consenso. Desafio no sinal vivido pelo visionário Isaías são as ruelas de Jerusalém. Sem estas ruelas não pode haver convergência ecumênica. A rua é o local do sinal. A procura pela nova igreja tem que passar por lá, tem que estar lá. Não vejo outro caminho, apesar de que sei que lá provavelmente não nos esperam muitas convergências, nem muitos consensos. Há de ser assim que na proporção em que o salão facilita o consenso, a rua porá à luz as divergências. A não ser que o chinelo de dedo do salário mínimo e o carrão das dezenas de salários mínimos deixem de ser divergência. Isso aí por certo que é perigoso para nossas igrejas assim como elas se apresentam. Por isso vou continuando a perguntar:

Por que outro motivo o sinal do visionário Isaías é desafio?

É que o visionário Isaías passa a ser uma pessoa sem direitos humanos. Descalço e sem roupa é um deportado. É judiado na luta pelo poder no mundo. É *sem-força*, abandonado, impotente. O visionário Isaías passa a ser um dos impotentes. A gente poderia dizer que no sinal, do qual trato, isso não é muito importante. Se poderia dizer que o visionário Isaías, assumindo a situação do deportado egípcio, só estivesse sublinhando sua advertência: o poderio militar egípcio não é de confiança. Mas nesse caso teria sido suficiente, se Isaías só tivesse falado. Poderia ter desistido do sinal. Mas como esse não é o caso, o sinal tem sua própria importância. No sinal o visionário é um dos sem poder e força. E neste impotente está concentrada a dinâmica de Deus. O impotente não é só exemplo que Deus dá. Ele é sinal do próprio Deus. Desenvolvo melhor: Em Isaías 3.15 se lê a pergunta de Isaías: “Que há convosco que esmagais o meu povo e moeis a face dos pobres?” A face do pobre não é só um dos elementos do povo. Nela está concentrada a identidade do povo de Deus. Ela é sinal de identificação. Nela está o povo de Deus. Naquela face do pobre, naquele que está sem poder acontece o poder de Deus. No sinal, que tratamos, o visionário Isaías se identifica com o deportado egípcio. Mas Israel mesmo experimentou isso em sua história. Foi deportado depois da destruição de Jerusalém. Este exílio traz uma dimensão radicalmente nova em suas experiências. Longe de sua terra e longe de seu tempo deveria estar também longe de seu Deus. Mas, nesta situação de abandono e desastre, de deportação e impotência, Deus está presente. Naquele servo de Deus (Isaías 53), mutilado e torturado, se descobre a Deus. E com isso já estamos no passo derradeiro. A cruz de Jesus de Nazaré é o sinal dos sinais. Ao invés de muitas das minhas palavras, aponto para a experiência do apóstolo Paulo com aquele que morreu na cruz e que vive. Paulo pede ao Senhor para que seja curado de sua doença: E a resposta é: “A minha graça te basta, porque o poder chega a seu alvo na fraqueza. De boa vontade, pois, mais me gloriarei nas fraquezas, para que sobre mim repouse o poder de Cristo.” (2 Coríntios 12.9) — Com isso está assinalado o ambiente da nova igreja. O encontro ecumê-

nico por certo que não pode se satisfazer com nossas teologias, nossas igrejas, nossas estruturas. Há de esvaziar-se sem força e sem poder. Uma tarefa ingrata. Por isso pergunto mais outra vez:

Por que o sinal do visionário Isaías é desafio?

É que em seu sinal está presente o *risco*. Não é nenhum método calculado. Isaías se arriscou. Até nossos dias se discute, se ele realmente andou nu pelas ruelas de Jerusalém. Supõe-se que ele só tenha tirado as roupas grossas, as roupas de cima. Mas, por outro lado, conhecemos gravuras de deportados, em que estes realmente estão nus. A questão tem que ficar aberta. Mas, o risco que o visionário assumiu lá por isso não foi menor. Pois ele não sabia o que lhe sucedia. Seus três anos, descalço e nu, só são explicados no fim. Isso não quer dizer que o sinal tivesse sido sem significado antes de sua explicação. Desde o início o significado do sinal estava presente. Mas ainda não estava fixo. Isso recém ocorre na explicação. Antes desta explicação, no terceiro ano, haverão de ter sido dadas outras explicações, tais como: Jerusalém será deportada, o visionário Isaías está louco... Isto mostra que o sinal está aberto. O passo do sinal para sua explicação é um acontecimento, um processo. Por isso a procura por uma nova igreja é risco. Não podemos colocar sinais na expectativa de que todos os entendam, os aceitem. A descoberta da veracidade do sinal acontecerá recém na própria procura. E nisto está o risco que corremos.

Com estas observações concluo este primeiro ponto. Procurei lançar bases. Para testemunho e vivência da nova igreja dependemos dos sinais que abrangem toda vida. A caminhada é a da rua, a concentração ocorre no impotente. Tais sinais são riscos. Procurei igualmente dizer por que me esquivei de lançar esta base sem a descrição dos conceitos testemunho e vivência. Estou tentando encontrar caminhos, nos quais além de se conceituar a unidade de testemunho e vivência — ocorra isso por referência àquela passagem de João 1.14 (“o verbo se fez carne”) ou por referência ao próprio texto de Isaías 20, onde salta aos olhos que, para o hebraico, falar e fazer formam unidade, quando se lê que “o Senhor falou através da mão (!) de Isaías...” — esta seja evidente como realidade. Por isso falo de sinal e símbolo. Lançadas estas bases está determinada a direção do segundo passo.

Neste segundo passo falo da sabedoria do povo. Mas, não penso no grau de cultura. Quero falar sobre a articulação da vida, na rua, na fraqueza. Olho para os sinais que estão sendo colocados na vida das pessoas. Com isso preciso falar de exemplos, de casos, procuro depois pelo quadro maior. Como são exemplos, não são absolutos, são parciais, objeto de diálogo.

Numa verdadeira festa de casamento — entre música e canto, comer e beber — um agricultor diz lá do Alto Maipu: “Não conheço mundo melhor que esse; não vi outro”. Com isso ele está filosofando. Em sua afirmação inclusive se coloca na vizinhança de escolas filosóficas de há séculos. Mas sua filosofia não está baseada na dedução lógica e terminologicamente refletida. Está baseada na concentração da experiência. No caso esta concentração da vida coletiva ocorre no momento, na maneira da explosão.

Uma pobre e sofrida caboclinha, lá do Moroé diz, no relato de sua vida: “É, o pobre anda um bocado nessa vida”. É

um resumo da vida. É uma formulação abstrata de uma vida sem terra e sem teto, vivida à margem da sociedade. A cada novo passo do progresso nova procura por alguma terra devoluta! Esta experiência está nas imediações do que o Antigo Testamento não cansa de falar: a peregrinação à terra prometida.

Um pequeno agricultor lá da Linha São Paulo se refere a sua luta econômica, a sua luta pelos preços, com as palavras: "Wenn der Orme spekuliert, dann fällt och der Stumbe noch". (Quando o pobre especula, até lhe cai o toco.) Este provérbio provém da vida social. Mas está transplantado aqui para a vida econômica. Contra a exploração, pela qual passa o pequeno na venda de seus produtos, nenhum toco ("Stumbe") protege. É a consciência da exploração nos preços, consciência de impotência. Aos provérbios é inerente a força de concentração da vida. Na pesquisa bíblica (vêtero-testamentária) foi tentado analisar que os provérbios seriam resumos de ordens eternas. Pelo contrário, são relâmpagos. Têm caráter extraordinário. Mas, retornemos a um último exemplo.

Um agricultor lá do Itapé diz e repete: "O sindicato ajuda, mas não defende". É a sua formulação de sua experiência diante do sindicalismo assistencialista, de um sindicato que deu largos passos na assistência dentária e médica. Mas entrega o agricultor a seu destino diante do comércio, da cooperativa, dos bancos. Na frase de acima há consciência de oposição, ainda impotente, é verdade. Mas há uma clara consciência política.

Se agora parto destes exemplos, sem dúvida parciais, à procura de um quadro maior, então este deve ser entendido como tentativa. É uma tentativa de valorizar estes casos.

Eles evidenciam sabedoria, reflexão. Esta sabedoria é a expressão da experiência vivida e sofrida. É o sinal de vida e de situação. Esta sabedoria se formula na base da concentração da experiência. É uma maneira de explosão de vida. Nisto se torna manifesta a inteligência, a teoria de nosso povo. Por certo sua maneira de refletir não é a nossa maneira de refletir. Não é sistemática, não é ordenada, não é coerente. Mas por ele não assumir a nossa maneira escolar de refletir, o povo não pode ser designado de essencialmente prático. Nosso povo não é um povo só prático, dado a lidar com as mãos. Desconfio que se fixamos nossa gente na prática, se os prendemos às mãos, estamos sancionando sua opressão, estamos escravizando-o ao operariado. Pois, um povo prático não pode votar, é incapaz de decidir. Tem que ser cassado. Mas pessoas que falam, pensam, são sábias. Não podem ser mutiladas como práticas. Não podem ser eternamente exploradas. É a esperança que nos resta.

Além destas observações os exemplos de acima ainda me sugerem outra dedução. A concentração de vida e experiência é aquele ponto chave, aquele sinal, que transcende o falar e agir, que incorpora e corporifica testemunho e vivência. A partir destes sinais a reflexão teológica se torna imediatamente vivencial. Recebe seu significado na valorização, na interpretação e no questionamento destes sinais. Entendo que este ponto de partida se evidencia como sendo mais promissor do que aquele que formula a unidade de teologia e prática, do testemunho oral e da vida pela reciprocidade, pela figura do círculo: a teoria é a crise da prática, a prática a crise da teoria. Este círculo ainda é abstrato. São grandezas próprias. Experiência vivida e sofrida não é nem um

e nem outro. Ora, dentro da reciprocidade de teoria e prática ainda se pode escrever uma Teologia da Libertação, em que não há nenhuma valorização da festa nos povos da América Latina. A festa não poderia estar ausente numa Teologia da Libertação, se partisse de experiência vivida e sofrida.

Com estas duas observações sobre os exemplos, concluo este segundo ponto. Na caminhada para a nova igreja procurei falar da sabedoria do povo como sinal de existência e expressão maciça da vida. Disse que vejo aí esperança para a igreja ecumênica, para a existência teológica no processo da vida. À luz desta esperança procuro relatar, no próximo passo, como se apresentam manifestações da igreja atual.

Início este terceiro ponto com considerações gerais. Acontece que sempre nos era dito que deveríamos procurar transferir a teoria, a teologia no caso, para a prática. Com isso o problema lançado era o da comunicação. A teologia da igreja é boa mas ela não se comunica. Os fiéis não sabem de nossa teologia. Temos que passá-la adiante. Verdade é: isso não funciona. Parece-me até mais para bem do que para mal. Nosso dilema, arrisco dizer, não é o da falta de comunicação. Por isso ao invés de perguntar agora pela comunicabilidade prática da teologia pergunto pela prática de nossa teologia. De que realidade vem e a que realidade serve nossa teologia? nossa prática?

Minha igreja publicou um documento sobre o matrimônio e o divórcio e está por publicar outro sobre culto e liturgia. Vejo nestes dois documentos frutos típicos da maneira de teologizar em minha igreja. São exatos e incontestáveis, profundos e perfeitos. Por natureza estes documentos não se podem restringir aos pastores. São ajudas para as comunidades, para as pessoas das comunidades. São, devido ao seu assunto, relevantes para o público em geral. Mas devido a sua maneira de ser, devido a sua linguagem, são aproveitáveis por pastores e mais alguns poucos. Não servem para as comunidades, em que estou trabalhando. Problema de comunicação! Esta poderia ser a conclusão de alguém. Não me parece ser suficiente. Pois, neste caso, o problema deveria ser facilmente remediável. Ocorreria uma vez, mas não em série. Por isso procuro a resposta na própria estruturação da igreja, em sua posição na sociedade brasileira. É por intenção igreja de gente de bem. Esta posição que assumiu lhe impede de poder falar com o agricultor e com o operário. Como sua prática não serve para esta gente, sua teoria, sua maneira de falar, não pode servir para esta gente. Quem não está no povo, não tem chance de falar com ele. Por isso estes documentos são como são. E não precisamos procurar a justificativa no assunto do divórcio, que conforme alguns só seria um assunto para a elite brasileira. Por certo que o matrimônio se apresenta com problemas específicos entre ricos e pobres. Mas basicamente não depende da situação econômica. Basicamente é uma questão de cada pessoa. Por isso, na publicação deste documento em minha igreja se manifesta também sua crise, sua distância prática (não só teórica) do crente.

Com a permissão dos amigos irmãos católicos vou passar para o outro lado. Quero falar dos cursos. Não estou orientado sobre a idéia global e sobre a prática Brasil afora. O que vou dizer, provém de meu ambiente imediato, de observações sobre curso de noivos, sobre curso de batismo. Vejo que com estes cursos, ao meu redor, ocorre o mesmo que com a escola. O pobre não consegue se ambientar nesta



Gravura de
Sadao Watanabe

situação. Há em alguns níveis de nossa sociedade um ambiente propício a cursos para a habilitação e qualificação das pessoas. Mas pobre, marginalizado não faz curso. E observo um grande índice de crianças não batizadas entre as pessoas humildes. Daí porque me pergunto, se a concepção real de tais cursos não é de uma igreja escolarizada, qualificada por um saber maior, mas estabelecida em meio a um povo analfabeto. Digo que se trata de uma pergunta. Porque se fosse uma afirmação, sua conclusão seria a de que a igreja irmã nos cursos mencionados estaria idealizando e praticando uma realidade não imanente a um povo analfabeto, mas imanente a um povo cursificado.

Neste terceiro ponto tentei dizer que nossas teorias sempre são altamente práticas. Me parece que não há reflexo irreais, teologia sem contexto, consenso ecumênico sem prática. Também estes são sinais de nossas igrejas assim como elas são. Se são incomunicáveis e irrelevantes, então só o são fora de seu contexto. Por isso é que me parece decisivo que nos perguntemos a quem estamos servindo com nossa teologia, com nossa convergência. Sem uma resposta clara neste ponto não dá para fazer teologia nova, isto é, não dá para procurar consenso ecumênico. Se a procura por convergência ecumênica se transferir para questões religiosas, inter-eclesiásticas, talvez seja cheia de progressos, mas muito frustrante, porque marginalizada do povo de Deus. É o que passo a ilustrar.

Pois, no quarto e último ponto, falo de um sinal, do qual é hora de não nos esquivarmos mais. Falo do pão.

Luteranos e católicos se estão encontrando. O conhecido Relatório de Malta descreve este encontro. E dá motivo de alegria. Por certo que também há crítica ao relatório. O mundo, ou melhor, o povo de Deus ainda não marcou presença no relatório. As convergências descritas se referem mais à história passada, menos à atualidade. Em alguns pontos inclusive só anota consensos há mais tempo estabelecidos. Mas o que nesta caminhada já se alcançou talvez foi necessário que acontecesse como aconteceu. À nossa frente está a ceia. O Relatório de Malta designa a santa ceia e a intercomunhão como um "objetivo central" (68).

Já há progressos. Uma igreja reconhece a outra em seu ser igreja (69). Há aproximação na questão do primado do papa (66-67). Se afirma que a intercomunhão não pode depender somente do reconhecimento mútuo do ministério. O reconhecimento mútuo do batismo requer uma ceia comum (70-72). A intercomunhão já é praticada (69), ela inclusive passa a ser sugerida pelo Relatório de Malta (73-74).

Tudo isso traz um certo conforto. Mas com isso não podemos satisfazer-nos. A intercomunhão não me parece ser sinal suficiente. Pois ela está sendo conseguida na base da igreja, com critérios unilateralmente eclesiásticos. E estes só são parcela. Intercomunhão não é uma questão só de igrejas. Talvez o Relatório de Malta estivesse tentando apontar para isto, quando transfere a exigência pela intercomunhão da igreja para os batizados. Esta tentativa se torna mais clara, se observamos que a ceia é questão do povo de Deus. Nele a dor pela divisão eclesial é ao menos tão representativa quanto o sofrimento pela divisão social. O povo de Deus sofre de pobreza, de falta de pão. Do pão da ceia não dá para falar só na perspectiva eclesial, sacramental. Este pão da ceia é pão social. No povo de Jesus, na verdade, a ceia está desfigurada, se o pobre não tem pão. Entre nosso povo, intercomunhão não dá e nem funciona sem o direito do pobre a seu pão. Intercomunhão é mesa de iguais. Na mesa da ceia, com isso, está decidida a política econômica válida para o povo de Deus. Acho que comunhão e intercomunhão estão desfiguradas sem luta por este sinal do pão. Mas, também estou convicto que isso não é descoberta minha. Leia-se 1 Coríntios 11.17-34. Se o pobre sai faminto da ceia, então isso é "desprezar" a igreja de Deus, a ceia do Senhor. A ceia não é só sinal (sacramento) da igreja, é sinal (sacramento) do povo.

Chego ao final. Digo que tenho muita esperança nesta procura por novos sinais deste tipo. Tenho esperança ecumênica, mas não me faço ilusões. Haverá muita divergência, que não respeita limite de igreja. Pois, testemunho e vivência não serão ecumênicas pelo adição, mas na procura nova por uma igreja como sinal vivo, em muito semelhante ao visionário Isaías.

Conselho Mundial de Igrejas pronuncia-se contra o golpe militar da Bolívia, em carta às Igrejas.

Queridas irmãs e irmãos em Cristo:

Pensamos que vocês devem conhecer muito bem os acontecimentos que ocorreram recentemente na Bolívia, a partir do golpe de estado de 17 de julho do corrente ano, que interrompeu brutalmente um processo positivo de democratização nesse país.

O Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas, que se reuniu em Genebra de 14 a 22 de agosto de 1980, recebeu muitas expressões de profunda preocupação de pessoas e de igrejas de distintas partes do mundo, assim como pedidos urgentes de solidariedade de muitos lugares, inclusive das igrejas desse país e da região.

O Comitê Central nos pediu que escrevêssemos para vocês, fazendo-nos eco destas solicitações e em estreita comunicação com nossos irmãos e irmãs bolivianos.

Faz dois anos, como resultado da vontade e determinação políticas do povo, surgiu na Bolívia um processo novo de retorno gradual à vida democrática. Começou com o êxito de uma greve de fome que fizeram as mulheres e os filhos dos mineiros do cobre. O Conselho Mundial de Igrejas acolheu com satisfação a decisão do governo militar da Bolívia de atender aos pedidos dos grevistas, no documento que em fevereiro de 1978 apresentou a Comissão das Igrejas sobre Assuntos Internacionais ao 34.º período de sessões da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, no qual se assinalava "a boa fé demonstrada pelo... Presidente da República da Bolívia ao estabelecer, em 18 de janeiro, um acordo mediante uma negociação pacífica com os participantes na greve de fome maciça", acordo no qual se dispôs à anistia geral para todos os presos e exilados políticos, a reposição em seus postos de trabalho de todos os mineiros que haviam sido destituídos,

garantias na esfera trabalhista e condições gerais que culminaram nas primeiras eleições nacionais livres celebradas no transcurso de quase um decênio.

A partir de 1978 o caminho percorrido não foi fácil, mas conduziu às eleições gerais de 29 de junho de 1980, que deram aos bolivianos muitas esperanças de contar com um governo civil eleito democraticamente.

Informes fidedignos recebidos a partir do golpe de Estado militar de 17 de julho descrevem um panorama alarmante que demonstra que no país se violam de maneira grave e maciça os direitos humanos fundamentais:

- 1. O assalto à sede da Central dos Operários Bolivianos (COB) por forças paramilitares e de segurança;*
- 2. A detenção massiva e arbitrária de civis, que são recolhidos em condições de detenção degradantes, sem receber alimentos nem água durante prolongados períodos.*
- 3. O desaparecimento de pessoas, entre elas muitos membros da comunidade cristã;*
- 4. A aplicação generalizada da tortura;*
- 5. O assassinato de centenas de pessoas, inclusive de famílias inteiras nas regiões mineiras do altiplano;*
- 6. A perseguição de líderes das igrejas, partidos políticos, sindicatos, assim como de organizações que se ocupam dos direitos humanos;*
- 7. A censura da imprensa e a detenção e a expulsão da Bolívia de jornalistas estrangeiros.*

Tudo isto indica que o povo boliviano está padecendo sofrimentos e penúrias numa escala e num grau sem precedentes na história da Bolívia.

O Conselho Mundial de Igrejas lamenta esta tragédia e deplora os acontecimentos que causaram tal perda de vidas, tal destruição e toda

classe de restrições à vocação cristã de assistir as pessoas cujos direitos se violam.

Por conseguinte, exortamos as Igrejas membros do Conselho Mundial de Igrejas a que expressem sua plena solidariedade cristã a nossas irmãs e irmãos bolivianos nas formas seguintes:

- 1. Convidamos as Igrejas a que informem a seus membros sobre a situação crítica que ali existe e que dediquem orações pelas vítimas, suas famílias e sua comunidades, recordando em particular os mais gravemente afetados na Bolívia.*
- 2. Exortamos as Igrejas membros a confortarem as igrejas da Bolívia através de cartas e visitas pastorais, sobretudo porque elas continuam a prestar sua assistência pastoral e profética em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo. Assim mesmo fomentamos o apoio generoso aos programas destinados a atender as grandes necessidades humanitárias que se apresentam.*
- 3. Pedimos às Igrejas membros que solicitem a seus governos, organizações intergovernamentais e outros órgãos para exercerem influência em favor do apoio e reconhecimento do Governo de Unidade Nacional da Bolívia, eleito democraticamente, como medida concreta para defender as aspirações legítimas do povo boliviano e para facilitar, mediante a aplicação das correspondentes medidas diplomáticas, econômicas e outras, o restabelecimento das diversas instituições democráticas e políticas na Bolívia.*

Em nome de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, que proclamou a boa nova aos pobres, a liberação para os presos e a justiça para os oprimidos, lhes transmitimos nossa saudação.

Firmo, em nome da Mesa do Conselho Mundial de Igrejas.

Philip Potter